



Universidade Federal  
de Campina Grande



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

SIBELLE FIGUEIREDO DE FARIAS

**ALBA COSTA: DO PÓ DE GIZ AOS DECRETOS LEGISLATIVOS, OS DESAFIOS  
DE SER VEREADORA EM CAJAZEIRAS.**

CAJAZEIRAS – PB

2018

SIBELLE FIGUEIREDO DE FARIAS

**ALBA COSTA: DO PÓ DE GIZ AOS DECRETOS LEGISLATIVOS, OS DESAFIOS  
DE SER VEREADORA EM CAJAZEIRAS.**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como parte dos requisitos para obtenção de nota e o título de licenciada em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariana Moreira Neto

CAJAZEIRAS – PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764

Cajazeiras - Paraíba

F224a Farias, Sibelle Figueiredo de.

Alba Costa: do pó de giz aos decretos legislativos, os desafios de ser vereadora em Cajazeiras / Sibelle Figueiredo de Farias. - Cajazeiras, 2018.

76f.: il.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Moreira Neto.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

Dedico as mulheres lá de casa, D.  
Francisca, Marluce, Simone e Sonally,  
mulheres que assim como eu, lutam  
incessantemente por dias melhores.

## AGRADECIMENTOS

Ao mestre do universo e criador de todas as coisas, pela sabedoria e coragem diária. Por me fortalecer nos momentos de fraqueza, de angústia e cansaço. Pelas inspirações em dias mais obscuros, por iluminar sempre o meu pensamento, por tornar flexível cada passo da minha trajetória acadêmica.

Sou grata ao meu esforço pessoal, porque sem ele nada seria possível!

Como também a minha orientadora pelos momentos investidos nessa pesquisa, pelas indicações de leitura e por todos os momentos de aprendizado, já que além de orientar essa pesquisa, estivemos durante três períodos juntas, um em sala e dois na monitoria, além de oito meses no PROBEX, coordenado por ela e orientado pela professora Maria Lucinete Fortunato, com riquíssimas discussões acerca das questões de gênero. Obrigada por projetar ideias brilhantes, direcionar e colaborar para a realização desse trabalho! Todas as contribuições foram necessárias para alicerçar e fundamentar o mesmo.

Minha gratidão a todos os docentes que facilitaram e poliram cada gota de crescimento intelectual não somente meu, mas de todos aqueles que trilharam até aqui esse caminho.

Quero deixar registrado aqui, de modo especial e com muito amor, a minha gratidão aos meus companheiros (as) de sala, e aos que de fato criaram um forte laço de amizade e com esses foi possível dividir muitos momentos, as alegrias e tristezas também, não tem como mensurar o meu sentimento por vocês: Mônica, Marília, Ísis, Aparecida, Clairton, Jairo, Rejane, Bárbara, Kaliane...sem vocês as coisas não teriam acontecido da mesma forma.

Agradecer de modo especial a minha família e a todas as mulheres fortes e guerreiras que existe nela, a minha mãe por ser a principiante e instrutora da minha educação, a minha avó, a mulher mais lúcida e sábia que conheço, com experiências significativas e histórias brilhantes, as minhas irmãs, (Simone e Sonally) mulheres honestas e responsáveis, ao meu irmão (Juninho), aos meus sobrinhos (Samily, Sabrina, Sofia, Robson Filho e Théo) e a todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para a minha formação.

Almi, meu companheiro, obrigada pela compreensão e incentivo!

Fabiana, suas energias positivas revigoram meu ser, obrigada por torcer tanto para que as coisas aconteçam da melhor forma, além da motivação e encorajamento.

Castro (In memória), sua ajuda em muito facilitou a minha vida.

Aos meus amigos de luta, Bruno e Artur, vocês tornam viável o trabalho em equipe e são sinônimos de competência.

Maruza, seu bom humor, o seu profissionalismo e afetividade deram um sabor diferente às aulas por mim planejadas durante a regência.

Agradeço aqueles que colaboraram e balizaram cada momento de estágio, aos orientadores das disciplinas práticas, as professoras regentes da escola em que realizei o mesmo e aos alunos.

Sou grata a todas as amigas que fiz ao longo desses cinco anos, pessoas maravilhosas e que me fizeram perceber outro lado da vida, mais leve e feliz!

Aos monitores, que facilitaram a complexidade teórica das disciplinas, principalmente no início do curso, Jucicleide, Risoneide, Guerhansberger, Ivanilda e a monitora mais querida, organizada e esforçada que conheci, a quem posso chamá-la de amiga, Mônica.

Aos alunos (as) que tive a satisfação de conhecer durante as monitorias, que por sinal não foram poucas, fui até onde era permitido legalmente, mais dizer da minha alegria em aprender mutuamente e colocar em prática o exercício da docência, isso me deixa lisonjeada e satisfeita.

E de modo especial, a Vernalba, filha de Alba, a quem agradeço imensamente, desde o primeiro contato sempre cordial e prestativa, disponibilizando outras fontes para enriquecer a pesquisa.

A todos os funcionários da instituição que realizei a pesquisa, de modo particular, a duas mulheres eficientes e engajadas com o trabalho que realizam, Dona Fátima e Maria.

A todos os homens e mulheres que me representam! A vocês mulheres que fizeram e fazem história todos os dias.

A todos os profissionais comprometidos com a educação desse país.

A todos que tiveram paciência para comigo durante todo esse tempo.

## RESUMO

Este trabalho analisa a participação feminina na política cajazeirense, nos anos de 1983-1988, tomando como referência a atuação de Maria Alba C. de Ataíde na Câmara Municipal, enquanto vereadora, democraticamente eleita. Busca tematizar e problematizar os mecanismos que sustentam e tecem a atuação dos partidos políticos e como essa tessitura tem implicações culturais, políticas, sociais, e de gênero. A pesquisa tem embasamento na perspectiva histórico-social, descritiva e quantitativa. Apoiando-se em análise documental e bibliográfica, mostra as variáveis da inserção, presença e trajetória de Alba Costa na política, buscando compreender as elaborações e reelaborações instituídas, os principais desafios enfrentados, considerando, sobretudo, que as relações entre homens e mulheres são relações sociais e, portanto, históricas.

Palavras-chave: participação.mulher.política.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the female participation in the politics in Cajazeiras, PB, in the period from 1983 to 1988, taking as reference the performance of Maria Alba C. de Ataíde in the city hall while democratically elected counselor. I seek to thematize and problematize the mechanisms that sustain and weave the performance of political parties and how this context has cultural, political, social and gender implications. The analysis is based on a historical-social, descriptive and quantitative perspective. It is supported on documental and bibliographical analysis, showing the variables of the insertion and the presence and Alba Costa's trajectory in politics, seeking to understand the elaborations and re-elaborations instituted, the main challenges faced, taking into account, above all, that relations between men and women are social relationships and therefore historical.

**KEY WORDS:** participation.woman. policy.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: NAS VEREDAS DA POLÍTICA .....	16
1.1 Concepções entre <i>História Política</i> x <i>Nova História Política</i> .....	16
1.2 A historiografia feminina: Contemporânea e atual .....	19
1.3 Mulheres, gênero e poder .....	24
1.4 A mulher na vida política .....	28
CAPÍTULO II: MARIA ALBA EM CENA .....	34
2.1 A cidade e a educação.....	36
2.2 A vereadora Alba Costa.....	39
2.3 Das filiações partidárias feitas pela Vereadora .....	47
2.4 Os desdobramentos de ordem política.....	49
CAPÍTULO III: De Gestora educacional a Presidente do Legislativo.....	57
3.1 A Presidente.....	57
3.2 A arena política e os entraves.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
FONTES.....	76

## INTRODUÇÃO

A partir de algumas leituras, da participação em palestras e grupos de estudos sobre questões de gênero, do envolvimento com algumas atividades<sup>1</sup> de extensão, instiga-me empreender reflexões e considerações acerca desta temática e suas implicações com as relações de poder e as teorias pós-estruturalistas. Assim, emerge o interesse em analisar a participação feminina na política de Cajazeiras na década de 1980, percebendo os embates ideológicos, culturais e políticos que decorrem dessa participação.

Uma análise que tem como móvel principal a atuação de Maria Alba Costa de Ataíde, que, na década de 1980, assume uma cadeira de vereadora na Câmara Municipal de Cajazeiras (Casa Otacílio Jurema). Uma investigação que vem permeada por questões que sugerem várias abordagens, a partir dos seguintes pontos: dentro da política cajazeirense, entender o que influenciou a participação dela na política local, haja vista não ser estabelecida ainda a Lei 9.100/95 que obrigam partidos a associar pelo menos 20% de mulheres em chapas proporcionais, pois a mesma, somente nos anos 90 entra em vigor com as implicações advindas dos partidos políticos para recrutamento e permanência de mulheres na política.

A análise desta participação tem como fontes essenciais de referência documentos como atas, requerimentos, livros de resoluções e livros de contas, sob a guarda do Arquivo do Poder Legislativo Municipal. Esses documentos, pelo seu caráter narrativo, oferecem amplas possibilidades de trabalho, revelando e desnudando aspectos político-administrativos, questões relacionadas à vida do município em sua configuração urbana, rural, econômica, social e os arranjos partidários que são costurados no curso da atividade legislativa. Neste contexto, algumas questões perpassaram nossa pesquisa, destacando-se a apreensão de quais desafios ela enfrentou, como se afirmou neste cenário, quais implicações políticas, sociais e culturais teve a sua atuação parlamentar.

O ano de 1985 é marcado pelo fato de ser Maria Alba Costa de Ataíde, filiada ao Partido Democrático Social (PDS), a primeira mulher a presidir a Câmara Municipal de

---

<sup>1</sup> A participação, como bolsista, do Projeto de Extensão **O feminino aprisionado: direitos humanos e relações de gênero no Presídio Feminino de Cajazeiras - PB**, vinculado ao PROBEX/UFPG, como monitora e com apresentação de trabalhos, da Semana Nacional de História, durante algumas edições, foram essenciais para meu envolvimento direto com temas relacionados às categorias de gênero, teorias feministas, movimentos políticos, delineando assim o perfil inicial do que seria o meu objeto de estudo.

Cajazeiras, sendo a vereadora mais votada nas eleições de 1982, com 991 votos, contabilizando 5,93% do eleitorado, segundo dados do TRE/PB. Considerando que o município contava com 28.920 eleitores, é a primeira mulher, nos 154 anos de história do município, a ocupar o cargo mais alto do Poder Legislativo Municipal.

O Livro de Atas do ano de 1983 evidencia a relevância da “*Vereadora Alba Costa de Ataíde com muito orgulho de ser a única mulher na Casa Otacílio Jurema onde tudo irá fazer para desempenhar o seu papel*”. Dos treze titulares eleitos apenas ela em meio as vozes masculinas, o que destoava de uma realidade onde a mulher não possuía um lugar social de importância. Advinda da zona rural do município de Triunfo – PB, Alba Costa concluiu, em Cajazeiras, o Curso de Magistério, visto como símbolo e possibilidade de dignidade e “libertação” do espaço doméstico e conquista da esfera pública.

Ao analisar os requerimentos da época constata-se uma série de características do lugar do qual sua atuação se dava. Aquilo que buscava dizia muito de sua ligação com o social e da sua subjetividade. Quando busquei embasamento sobre tais informações, constatei nos Livros de Requerimentos características pertinentes no que contempla a postura da parlamentar. Analisei também os Livros de Resoluções da época, mas aproveitei muito pouco destes, apenas o livro de 1985 trouxeram informações importantes e adequadas com a pesquisa, onde se deu alguns títulos de cidadãos e cidadãs (pouquíssimas foram as mulheres que receberam tal título) cajazeirenses, que traz todas as informações sobre o (a) titular, com o curriculum vitae. Os jornais dão suporte ao trabalho, na medida em que são relacionados com as fontes primárias.

Pretendemos detalhar sobre a única mulher que se tornou uma “liderança” política e “líder feminina”, homenagem recebida pela câmara de vereadores da capital paraibana, além de ser a única presidente na política dessa cidade até os dias atuais, como “Maria Alba Costa de Ataíde” se constituiu enquanto *parlamentar mirim*<sup>2</sup>, nos anos 80 e é memorável até hoje a sua atuação por muitos de seus correligionários.

Visando compreender como os posicionamentos e discursos políticos permitiram com que a mesma construísse para si uma identidade própria, única, visto que as falas dizem muito daquilo que se quer negociar, a linguagem não somente é instrumento de expressão, mas implica também na constituição da identidade. Nessa perspectiva, alguns conceitos vislumbrarão as linhas da pesquisa, sendo um destes o conceito de identidade, na qual a mesma pode ser negociada, refeita ou moldada.

---

<sup>2</sup>Referente a vereador, “representante do povo”, eleito pela população do município que representa, de forma constitucional, membro do Poder Legislativo.

Vários teóricos já analisaram as diferenças entre os discursos masculino-femininos, muito já se fez para tornar a história das mulheres “visíveis”, e inserir a esse passado perspectivas também femininas, apesar das categorias de gênero encontrarem-se mais flexíveis, fluidas, como reação a partir de problemas que surgem, ainda assim, é necessário reconceituar alguns estudos, revestindo-os de novas questões, conceituá-los com novos aspectos. JOAN SCOTT (2008) afirma que “as mulheres tanto foram acrescentadas à história” e “ocasionaram sua reescrita” (apud Burke, p. 70) <sup>3</sup>. Com isso o público feminino foi saindo do seu isolamento, da posição de *sujeição*, adentrando nos mais variados segmentos sociais ainda que de forma tímida, mas se permitindo a buscar novos espaços, e, ainda segundo a autora, não bastava falar da história das mulheres dissociada da história que interessava a elas.

O historiador é aquele movido por paixões como afirmou PROST (1996) <sup>4</sup>, que deve proceder movido por suas escolhas, à subjetividade, que é uma de suas marcas, e sua escrita diz muito de si, ciente de que a produção de conhecimento implica em regras, técnicas e métodos.

Dessa forma, atribui-se significados ao que era posto no campo do natural, o papel do historiador é repelir a naturalização das coisas, dos fatos, portanto tenho como proposta atender para as lacunas historiográficas voltadas a este campo de estudo. Pouco foi escrito com relação ao que coloco, não que seja um trabalho único e original, mas o despertar para a pesquisa me instiga a buscar mais sobre a temática, e ainda que as questões de gênero são bastante discutidas na atualidade, ainda existem muitas lacunas, e em Cajazeiras não tem sido diferente. Existem políticas públicas nesse sentido, portanto propor diferenças é necessário. As fontes limitarão o papel daquele que escreve e ao mesmo tempo narra, pois, o historiador por vezes também é um narrador.

Portanto, ao realizar a pesquisa utilizo teorias e discussões históricas que se fazem pertinentes para estabelecer relações com as fontes que utilizo. Os clássicos darão suporte essencial para a feitura intelectual do trabalho, a exemplo de *Branca Moreira Alves*, *René Rémond*, *Amelinha Teles*, *Lúcia Avelar*, *Pierre Bourdieu*, *Michelle Perrot*, etc, e estudos mais recentes como os estudos de *Saffioti*, *Judith Butler*, *Joan Scott*, analisando também a monografia de *Ana Cláudia Feliciano* “A mulher na política paraibana: o protagonismo de

---

<sup>3</sup>BURKE. Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

<sup>4</sup> PROST, Antoine. **As questões do historiador**. In: *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autentica, 1996, p. 75.

Maria Dulce Barbosa (1947-1966)”, na qual a mesma apresenta a inserção da mulher na política paraibana, especialmente na cidade de Queimadas – PB, analisando os aspectos do patriarcalismo e como Maria Dulce Barbosa emerge no imaginário social, a partir de sua representação política. Esse trabalho contempla aspectos correspondentes para a compreensão acerca da formação política e social das mulheres na região, apesar de estabelecer outros recortes, ainda assim faz-se necessária e enriquecedora na composição do trabalho, não que eu pretenda realizar algo voltado ao imaginário, memória. Com isso, algumas discussões sobre as questões políticas, sociais e históricas que envolvem o público feminino são de suma importância, ainda que abordem outras linhas teóricas.

A reflexão do que já foi escrito sobre a temática é o suporte para enveredar-me concretamente nas questões de gênero, projetando uma conexão com outras áreas de conhecimento, de forma interdisciplinar, dialogando com outra disciplina (Sociologia). Essa ampliação de relacionar a pesquisa histórica com outros campos de saberes resulta na maturidade de estudos, portanto aprofundar as leituras envolvendo áreas que não a História requer esforço e dedicação, teorias essas convergentes entre si, pois muitos foram os sociólogos, linguistas, filósofos que deram suas contribuições nesse sentido.

Portanto, é necessário romper com certos estereótipos e preconceitos, para promover novas construções, com novos olhares. A fim de romper com padrões que simplificam a inserção das mulheres na política, como também em outros segmentos, sejam eles sociais, econômicos ou de caráter religioso, o marxismo e o feminismo deram as suas contribuições nas análises tanto histórica quanto materialista, na tentativa de desnaturalizar a *sujeição* feminina.

Penetrando no universo que analiso, da atuação de Alba Costa na política local é perceptível entender que as redes e tramas nas quais fazem parte, existem relações de poderes que legitimam a situação de dominação, uma vez que é realizada uma série de negociações. SCOTT (2008) diz que a condição de subordinação requer do sujeito “humildade e deferência”, assim como a posição de dominação demanda esforço composto de “altivez e superioridade”. Talvez por se encontrarem nessas condições homens/mulheres tecem o cenário político de Cajazeiras a partir de circunstâncias que desembocam em barganhas, rompendo com as regras institucionalizadas, com isso mudanças que antes eram legislativas, e passam agora a serem corporativas relacionais, ou seja, quando os decretos são “desconsiderados” e as questões são resolvidas por outras vias, que não legalmente.

Há ainda, um recrudescimento voltado a esses aspectos, pois muitos dos movimentos voltados às questões das mulheres ganharam uma feição política, sendo que outros estudos

de gênero ganham espaço ao tratar do assunto com conceitos diferenciados, apontando problemas, novas hipóteses, apresentando possibilidades das mais variadas possíveis para abranger pesquisas, tendo em vista que o momento histórico e as situações contemporâneas são outras e cada época privilegia aquilo que lhe é conveniente ou relevante. Algumas teorias entraram para o ostracismo, outras estão na melhor das fases, algumas sendo reelaboradas e muito ainda dá pra ser (re)visto, analisado e complementado.

Entretanto, problematizar as nuances que alinhavam a tessitura política da cidade será o foco principal desse trabalho, atentando para os reveses que a época condiz, permeando o estrato social em que as mulheres se inseriam, a quem estava ligada, quais trabalhos realizara e em que se traduzia a atuação de “Maria Alba Costa de Ataíde”, a única parlamentar “isolada” da “casa” legislativa dentro desse recorte estabelecido, obtendo o 1º lugar em seu partido, sendo Vice – Presidente da “Comissão de Elaboração do Regimento Interno do Poder Legislativo”, recebendo o título de “Destaque em sociedade”, “Destaque da região”, entre outros. São esses e alguns fatores que me fazem buscar a compreensão de como se deu o envolvimento dela na política cajazeirense, acompanhando cronologicamente dentro do recorte temporal estabelecido pela pesquisa, aquilo que as fontes direcionam. Esse trabalho chama atenção para uma reflexão das formas de atuação da parlamentar na política de Cajazeiras, implicando nessa perspectiva, a relevância social que o mesmo se justifica, desenvolvendo propostas com análise crítica que exigem procedimentos intelectuais, configurando na produção de conhecimento, articulado com as referências pessoais, lugar esse que condiz com a experiência de vida, uma vez que a minha relação com o tema é permeada por vínculos.

Desde cedo percebi que o espaço ocupado pelas mulheres na política foi e ainda é muito restrito, ao iniciar uma pesquisa no Ensino fundamental, onde realizei um trabalho na Câmara Municipal de Sousa e aquilo me instigou, pois durante muito tempo, apenas os homens ocupavam as cadeiras do legislativo, então tentei encontrar registros ao menos de uma ou duas mulheres na política sousense e não foi possível, e com isso sempre me perguntei o porquê, quais fatos impossibilitavam, ou será que era falta de interesses do público feminino, ou aquele espaço era único e exclusivo dos homens? De antemão, restaram-me muitos questionamentos que estou tentando encontrar respostas, mas a partir da escolha do tema proposto pelas disciplinas de projeto, resolvi sugerir a minha proposta para então encontrar respostas para aquilo que há tempo reflito.

Então, a temática diz muito daquilo que idealizei antes mesmo de cursar História, antes mesmo de pensar na elaboração de um projeto de pesquisa, visto que devo fazer

escolhas, mas o meu alvo já era visível e o meu objetivo em realizar um trabalho com o público feminino maior ainda, não hesitei muito e desloquei o meu olhar para aquilo que me envolve de forma pessoal.

Todavia, esse se propõe a compreender, discutir e contribuir para que as lacunas historiográficas sejam preenchidas e resulte na ampliação de possibilidades de espaço de conhecimento pessoal e acadêmico, como também sistematizar estratégias de construção e reelaborações do saber histórico no contexto social. Então, faz-se necessário interligar a prática acadêmica com as concepções sociais, em detrimento de direcionar a essa realidade social “visibilidade”.

Cajazeiras é uma cidade que tem crescido muito e hoje é referência em vários aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais. Dessa forma, me despertou o interesse em pesquisar sobre a temática. Portanto, a discussão que pretendo fazer não se limita pela minha relação com o tema, mas reveste-se de questões para além do social, a fim de repensar conceitos e práticas cristalizadas, questionando a documentação existente, indo de encontro com o campo da história. Como também é perpassada por viés de caráter teórico-metodológico.

## Capítulo I

### Nas veredas da política

Ao longo deste capítulo iremos apresentar embasamentos teóricos da historiografia que contempla essa linha de pesquisa, pessoas que contribuíram para que as vozes femininas ecoassem para além do domínio privado, para além de suas subjetividades, homens e mulheres escrevendo sobre mulheres, debatendo temas que lhes custam caro, como é o caso da política.

No entanto, identificando as perspectivas teórico-conceituais da escrita que esteve por muito tempo marginalizada, relegando os subalternos, denotada de uma postura muito mais literária do que científica, elegendo os homens de elite, privilegiando os grupos dominantes de poder, porque se servia a isso e disso. Então, discorrer sobre a história política e a nova história política é essencial para justificar que política e poder não são a mesma coisa, são conceitos diferentes que foram redefinidos com a nova história política.

O capítulo se intitula assim pelo grau de sua significação, *veredas*: caminho estreito; espinhoso ao engajamento da participação feminina. Percurso árduo às mulheres, de difícil acesso, complexo e de muitas relações de poder ou poderes, ou “micropoderes”, e a sociedade reproduz a inabilidade do ser e fazer política feminino dado pelas concepções históricas (COSTA, 2001).

#### 1.1 Concepções entre *História política* x *Nova História Política*

A história política, assim como outros domínios da história foi questionada por contemporâneos que vislumbraram além dos limites estabelecidos até então, passando por movimentos ondulantes, do seu auge no século XIX, do modo como foi depreciada pelos *Annales*<sup>5</sup> após a sua consolidação, até a sua nova reestruturação nos anos 80.

Segundo RÉMOND (2003) a história política servia-se de organizar, através dos documentos oficiais do Estado, o poder soberano dos monarcas, depois atestar a “formação” dos Estados e nação. Durante muito tempo esse modelo de história fora privilegiado porque as fontes escritas eram acessíveis, “classificadas” e “conservadas” e que por sua vez, refletia

---

<sup>5</sup> Fundada em 1929, na França por Lucien Febvre e Marc Bloch preconizava “a história sob a influência das ciências sociais”, mostrando ao mundo uma nova maneira de fazer história, definindo a interdisciplinaridade como proposta para sua elaboração, visando a sua renovação, com “novos problemas”, “novos objetos”, “novos olhares” e “novos fins”, rejeitando a História política e o cuidado com “tomadas de posições públicas”. Saber mais em: REIS, José Carlos. **O surgimento da “Escola dos Annales” e o seu “programa”**. In: Escola dos Annales – a inovação em história. – São Paulo: Paz e Terra, 2000.



no modo como eram conduzidos os rumos políticos, tal como aconteciam bem disse Leopold Von Ranke, presumia-se a imparcialidade dos historiadores, contudo, essa forma de conduzir essa escrita passou a ser criticada e os seus objetos de estudos foram sendo outros.

GUEDES (2012) afirma que a escola metódica erigida no positivismo reforçou esse campo historiográfico, valorizando a capacidade de condução de se pensar a “política como uma única forma de poder”, essa perpassada pelos eventos globalizantes, dos feitos dos “grandes diplomatas”, “idealista”, “subjetivista”, que sequer considerava os tipos de condutas e mecanismos de se fazer política de variados modos e dentro de um recorte espacial e temporal.

De acordo com RÉMOND, a então chamada história política estava ancorada na narrativa dos fatos, linearmente abordados, factual, polarizada nas particularidades nacionais, das relações burocráticas de um grupo estabelecido no poder, das conquistas e conservação desses, “uma história elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia.” (2003, p. 18). Ele tece críticas severas a mesma, tratando-a de “história superada”, ao mesmo tempo em que considera que o problema não estava nos historiadores que a escreviam, mas na permanência das estruturas políticas que não mudavam.

Diante disso, e contra tudo isso, surge na França a “disciplina histórica” que direcionou toda a sua crítica ao tipo de história política que era produzida, colocando em cheque essa concepção que não levava em consideração a maneira que a sociedade se estruturava, desconsiderando as mudanças que por ora transformava a “ideologia dominante” e a tornava obsoleta.

Surge em consequência dos debates outro tipo, a *história política tradicional* que não deixava de ter fortes traços da de antes, porém considerava os agentes sociais, o ambiente político, as ideologias reinantes e as mudanças ocorridas, e essa assistiu o seu insucesso, por privilegiar os “protagonistas das multidões” identificando o que lhes interessava, legitimando ideias incoerentes com a realidade dos fatos.

A *Nova História política*, quer a “reintrodução a dimensão política dos fatos coletivos”, estrutura-se sob a égide da “pluridisciplinaridade” pelo seu contato com outros campos de saber, colocando que essas colaborações interdisciplinares ou pluri ocasionaram uma “revolução” nas perspectivas de interpretações da nova história do político, buscando na duração aspectos mais gerais, “procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente as raízes das convicções e as origens dos comportamentos” (RÉMOND, 2003, p. 36).

A França e os Estados Unidos foram desbravadores dessa nova roupagem da história política, o primeiro identificando as crises de paradigmas pelas quais essa passava no pós-guerra, e a Nova história estadunidense mostrava ao mundo o contexto histórico sob os quais a humanidade caminha, de suas descobertas ao convívio com as tecnologias e das pesquisas feitas por sociólogos, antropólogos, linguistas, economistas e assim operar a partir de um projeto maior, para que o entendimento dessa seja perpassado pela via da cultura (GUEDES, 2012).

Portanto, esse campo de saber foi ganhando autonomia, porque considerou as mudanças circunstanciais, remodelou seu objeto, voltou muito mais o seu foco para as “permanências” ao invés das “mudanças”, ampliando as possibilidades de discussão com outras ciências, permitindo a “análise de discurso”, o estudo das representações, a partir de uma nova abertura, da noção de *campo político e cultura política* e assim RÉMOND aponta que:

Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio. (RÉMOND, 2003, p. 36)

Assim, não fazia mais sentido se contentar em apenas esmiuçar os documentos oficiais, dada a sua veracidade através da crítica interna e externa como propunha a escola rankeana, reduzida as instituições e “exterior ao sujeito”.

PESAVENTO (2004) afirma que o *campo político* ampliou a possibilidade de análises aumentando o aparato das fontes e renovando suas questões, pois passaram por reestruturações e, portanto:

[...] mobilizada pelos estudos que se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas do poder simbólico de coesão social. (PESAVENTO, 2004, p. 75)

Sua abertura se tornava cada vez mais necessária, pois as ciências sociais no século XIX passavam por mudanças e discutiam a interdisciplinaridade, e assim sendo, a história política passa por esse crivo.

## 1.2 A historiografia feminina: contemporânea e atual

O fazer histórico se insere na construção de possibilidades, dentro do que Michel de Certeau chama de “operação historiográfica”, do lugar social, do lugar de produção, revestido de escolhas, daquele que se porta do poder de síntese que as narrativas possuem. Portanto, pensar e analisar essas relações de poder entre homens e mulheres no espaço da política, de acordo com os conceitos da teoria da história enquanto campo do saber, apontado por BARROS (2011)<sup>6</sup> a partir do “pensamento histórico em sua versão científica”, pois essa noção implica em métodos, rigor e respeito as fontes. Ressaltando, de acordo com CARR (1978)<sup>7</sup> que essas teorias históricas são por natureza teorias de mudanças.

Segundo CARR (1978) os fatos falam apenas quando o historiador os aborda, e é ele quem decide quais os fatos que vem a cena e em que ordem ou contexto. Elaborando-o ou reelaborando, com (des)construções, (re)definições, (re)conceitualizações, (re)leituras, pensando a escrita em suas múltiplas facetas.

Portanto, a análise da participação da mulher no espaço público, sobretudo, no espaço político, carece da compreensão de conceitos teóricos e metodológicos que fundamentem tal discussão, a fim de perceber as variadas motivações, de natureza social, econômica, cultural ou política, que perpassam essa questão. Assim, a abordagem das questões de gênero deve ser analisada a partir do processo histórico que a constituem, de modo a abarcar os aspectos culturais, as relações de poderes, os embates e interesses sociais que refletem em sua “produção”.

O historiador deve ter a sensibilidade de identificar, a partir das fontes, questões que não estão explícitas dentro do mesmo, mas que se evidenciam em alguns aspectos ou contextos, pensando a sua produção nos entremeios que se ocultam por determinados fatores, sejam eles políticos, sociais ou culturais.

---

<sup>6</sup> BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. Vol. I. *Princípios e conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. Um estudo de teoria e filosofia da História, onde o autor analisa a Teoria da História enquanto campo do saber perpassada pela abordagem filosófica do séc. XIX.

<sup>7</sup> CARR, Edward Hallet. **Que é História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

As linhas que tecem a feitura desse texto permeiam as maneiras como mulheres, tidas como “anônimas”, ou que até então não apareciam na história, desempenhando importantes papéis dentro da política, considerando que:

Os gregos conceberam a ideia de cidadania como um atributo de homens livres, que seriam as pessoas aptas para as atividades políticas, ficando as mulheres, os servos e os escravos relegados a um lugar à margem dos assuntos de interesse público. Historicamente, a construção das identidades de homens e mulheres se tem configurado a partir da dicotomia entre as esferas pública e privada, com atribuições de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais. (BRITO, 2001, p. 291)

Ficando entendido que o lugar do homem é o espaço público, as esferas de poder também seriam outorgadas aos homens: mas aos homens em sua plena liberdade. O espaço da mulher não compreendia o universo público. A mulher seria responsável pelo lar, pela família e pelos aspectos pertinentes ao privado. Uma formatação política que, por um longo tempo, a deixou à margem, excluída de participação nas discussões referentes ao “destino da pólis”, excluída da vida política.

Pitágoras dizia que quando uma mulher encontrava-se em público estava deslocada de lugar, o que era considerado desonra, vergonhoso. Aristóteles a considerava politicamente inferior aos homens.

Essa percepção entre público e o privado é uma construção histórica e, portanto, em constante mutação. Nem todo público é masculino, como também nem todo privado é notadamente feminino. Existem limites volúveis. Entretanto, prevalece uma compreensão do público como tradução de liberdade, de cidadania, enquanto o privado revestido de uma “sujeição natural”, ideia de subordinação. (BRITO, 2001).

De acordo com TOURAINE (2011) a vida privada tem caráter pacífico e não revolucionário. Para o autor, essa conformação se sustenta no argumento de que as mulheres se sensibilizam mais com o outro, ao contrário dos homens que possuem mais sede de “justiça”. Elas se compadecem mais com as necessidades humanas por não ter a “frieza” deles no segmento revolucionário e racional. Essa passividade é atribuída a elas pela relação com a maternidade. Essas diferenças existem e se explicam pelo processo de socialização, marcado por diferenças significativas.

Como coloca PERROT (1988, p. 185) “*da história, muitas vezes a mulher é excluída*”, sobretudo, quando se considera o espaço das representações de poder que, historicamente, inclui relações majoritariamente androcêntricas. Assim, “(...) o silêncio

*sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como locais exclusivos do poder”*(p. 185), marcados pela dominação do homem que imprime à política uma face masculinizada.

PERROT (2008) descreve que as mulheres sempre trabalharam, sem remuneração, no meio doméstico ou rural. Um trabalho politicamente invisível, com nenhuma importância social, embora com forte exigência de esforço pessoal, de tempo e de necessidade para a sobrevivência social.

Ao desenhar um cenário histórico do silenciamento feminino na história PERROT (2008) destaca o período da Idade Média como o mais intenso, numa situação que não sofre grandes alterações nem mesmo com as convulsões desencadeadas pela Revolução Francesa. As mulheres prosseguiram sem direitos políticos, sem serem consideradas nas linhas sucessórias. Ou seja, a Revolução conferiu às mulheres apenas direitos civis, não político.

Espaços de poder onde, historicamente, começam a emergir a presença e participação feminina será, destaca Perrot (2008), o mundo do trabalho. Novas configurações históricas que conduzem as mulheres à esfera pública, com mais ênfase a partir do século XX, representando substancial mudança no comportamento feminino. As mulheres começam a questionar o seu papel no processo histórico, buscando o protagonismo, na medida em que lutam pela “libertação” e pela “emancipação”. A inserção feminina, em grande escala, no mercado de trabalho será decisiva como forma de produção de uma consciência social e histórica, sobretudo, quando as mulheres se apercebem da dimensão sob as quais se inseriam revelando as contradições e nuances distintas de contextos anteriores quando, por exemplo, as mulheres não se tornavam artistas, não se pintava a nudez e temas de natureza, bem como a música, outro campo eminentemente masculino.

O que demarca o aumento de fato dos “espaços femininos” são os períodos entre guerras. Houve mudanças significativas, pois as mulheres que estavam à espera dos companheiros, filhos ou parentes, foram forçadas a trabalhar para o sustento da família. Tiveram de prover e manter a vida das localidades onde estavam inseridas. Isso possibilitou outras configurações no mundo do trabalho, como também reconfiguração dos papéis da chefia das famílias.

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas

múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. (PERROT, 2008, p. 15-16)

É pertinente levar em consideração as diversas lutas encampadas pelos “movimentos” de mulheres, a persistência, a luta incessante por direitos, as mudanças ideológicas e debates que buscavam incluir outros grupos. Neste contexto, e considerando a História como uma ciência mutável, dinâmica, as relações humanas também se dão nessa lógica, de forma relacional. Portanto, a dificuldade de se encontrar registros ou vestígios que atestem a “história das mulheres” desde os primórdios é relativamente grande, documentos de um passado feminino são raros, levando PERROT (2008) a afirmar que “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”.

Sombra essa que carrega o fardo da discriminação, do preconceito, da intolerância, da rejeição, da sujeição, da opulência de grupos dominantes, dos constrangimentos que perpassam o corpo e a alma. Discursos sobre mulheres existem. Até em excesso. Todavia, produzidos por homens. Como diria Simone de Beauvoir, “toda história das mulheres foi feita pelos homens”.

Escritoras empenhadas em fazer diferente desbravaram esse espinhoso terreno e buscaram escrever sobre mulheres a partir delas, mostrando, de forma contundente, uma escrita marcada pela compreensão e pelo olhar feminino. Muitas, no entanto, temendo a rejeição pública usavam pseudônimos, geralmente masculinos, para relatar as problemáticas por elas vivenciadas.

E os discursos produzidos sobre as mulheres, pela pena masculina, são revestidos de conotações simbólicas, escondendo em suas entranhas a veracidade de suas histórias, são “discursos e imagens que cobrem as mulheres como uma vasta e espessa capa” (PERROT, 2008, p. 25) que negligencia e desconhece anseios, desejos, sabores e dissabores. Uma “capa” que sintetiza questões mais aparentes, mais visíveis e perceptíveis a olho nu, que se reveste de intencionalidades daquele que o descreve.

A partir de entrevistas com francesas, pensando a “construção de si”, o sociólogo ALAIN TOURAINE (2011) propõe urgente “desconstrução” das definições da categoria mulher quando elaborada sob o julgo masculino. E, para que isso se efetive, ele atenta para:

A compreensão das condutas das mulheres pode começar pela exploração daquilo que lhes permite não se isolar no degrau mais inferior, que lhes foi atribuído. (...) Isso porque a lógica da dominação que elas sofrem é antes de tudo a privação de subjetividade. (TOURAINE, 2011, p. 46)

Segundo o autor, as mulheres sentem a necessidade de espaços próprios e adequados. Espaços que, embora não impliquem o fim da dominação, permitem às mulheres a liberdade para analisar, de forma mais criteriosa, suas questões. A negação desses espaços assegura o sucesso da dominação com o reforço dos efeitos dessa dominação que reduz as mulheres a invisibilidade social e política, inviabilizando o processo de emancipação.

Para TOURAINE, quando a subjetividade é afetada perde-se a aptidão de compreensão da “mulher- sujeito”.

O certo é que as mulheres tendem fortemente a não mais se definirem em relação aos homens, e menos ainda em relação às funções sociais ou psicológicas que lhes seriam reservadas. Seu movimento profundo é exatamente o de rejeitar qualquer definição delas mesmas em relação aos homens. Situação nova que provavelmente é mais difícil de ser vivida pelos homens do que pelas mulheres. (TOURAINE, 2011, p. 73)

O autor mostra que por vezes faz-se desaparecer a mulher quando se analisa a partir das diferenças entre os sexos, traduzindo-se sempre na posição de inferioridade. Quando essa assertiva é repelida, os diálogos são enriquecidos.

No Brasil, ainda em fins do século XIX, com os primeiros arremedos de industrialização e urbanização, surgem os primeiros movimentos de mulheres, reivindicando acesso a educação e direito ao voto. Nos anos 80 as questões sociopolíticas de mobilidade social favoreceram o processo de democratização ao invés do regime autoritário, ao mesmo tempo em que não se consolida a democracia concretamente, e surge as “ações afirmativas de igualdade entre homens e mulheres”, o Brasil passava pelo período de abertura política, dando relevância aos movimentos sociais, o surgimento dos sindicatos autônomos, criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, consciência política aflorando, a sociedade civil se organizando e assim se reestruturando um novo momento da política nacional (TORRES, 2002).

A década de 1980 no Brasil marca, indubitavelmente, uma busca de legitimidade acadêmica dessa nova categoria relacional que envolve homens, mulheres, instituições normativas e outras relações, como as de poder constitutivas das relações sociais. Esse processo de legitimação inicia nos cursos de pós-graduação em ciências humanas das universidades brasileiras, a partir da emergência de estudos e pesquisas centralizados no tema. (TORRES, 2002, p. 63)

Vale salientar que inúmeras mulheres ousaram liderar lutas importantes, como a francesa Olympe de Gouges (1748-1793) que escreve a “Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadania”, recebendo como prêmio a guilhotina. Como Mary Wollstonecraft uma inglesa que foi testemunha ocular dos eventos mais marcantes da Revolução Francesa. Como a brasileira Nísia Floresta B. Augusta que utilizava o pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810/1885) uma educadora comprometida com o movimento de mulheres. Outro nome destacado é o da também brasileira Bertha Maria Júlia Lutz (1894/1976) uma das fundadoras, em 1922, da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), e que se destaca na defesa da educação feminina e o direito ao voto, buscando desmistificar o argumento de que o acesso ao conhecimento acadêmico e científico era vetado a mulheres por sua “natural” incapacidade física e mental.

Assim, essa temática vai saindo do terreno do esquecimento por aqui, legitimada pela academia, em um movimento que já vinham sendo disseminado pela Europa há algum tempo. Dessa forma, os estudos de gênero têm dado prioridade a compreensões históricas e sociológicas que desvelam a amplitude masculina e feminina na tentativa de perceber as relações e contextos que tornavam incompatível o acesso do público feminino a vida política ou pública.

### **1.3. Mulheres, gênero e poder**

SCOTT (1990) propõe, de forma significativa, um aporte para a discussão do uso do gênero enquanto categoria de análise, ao definir que as relações de gênero são constituídas socialmente. Dessa forma, as relações de poder e as interações políticas, sociais, culturais se imbricam e, infelizmente, ainda continuam áreas pouco exploradas pela história política que reluta em incorporar, de forma mais incisiva, as questões ditas femininas e de gênero nas suas propostas de pesquisa, mesmo com a confirmação das reais conexões entre os espaços público e privado que configura a atividade política não mais restrita ao espaço público, ao domínio masculino, mas presente e instituída no cotidiano vivenciado por homens e mulheres, demarcado por relações históricas.

Dessa forma, apreende-se que, no Brasil, apesar da existência de dispositivos legais que buscam atenuar a frágil participação de mulheres na vida pública, sobretudo, nas atividades políticas, prevalecem jogos de interesses que asseguram e instituem esses espaços como da projeção masculina. Ou, seguindo a leitura de PERROT (1988), preservando a divisão de poder, entendido de forma singular, referenciado ao masculino, já poderes, na



multiplicidade, é usado na conotação feminina, ou seja, poderes no seio familiar, na esfera social, na sociedade civil.

É perceptível que a pequena presença de mulheres na política resulta de longos anos de discriminação e segregação. Comportamentos e posturas que são operacionalizadas nas fronteiras dos “jogos de poder, visto que, “(...) *da participação política das mulheres e do lugar das mulheres na sociedade brasileira vem sendo apropriadas por mulheres e homens, a partir das mesmas fontes*” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 174).

A contextualização dos aspectos históricos, políticos e de gênero emergem, pois, como pertinente para se pensar como as mulheres constroem discursos sobre ela, como e porque legitimam suas atuações, como representam o lugar social de onde falam e se situam.

Política e poder não possuem o mesmo significado. O poder é, portanto, lugar de múltiplos significados, que vão do exercício da política à sedução, que parece ser uma das grandes armas femininas. Mas o poder feminino parece estar inexoravelmente associado à sensibilidade que seria inerente às mulheres, seja por “natureza”, seja por “educação” (GROSSI e MIGUEL, 2001, p. 187); as autoras relacionam o poder e a sensibilidade como construções culturais impostas ao gênero feminino, como se a sensibilidade fosse apenas atributo feminino, associando o poder exercido por elas implicando essa sensibilidade colocada como algo maternal, afetivo, carinhoso.

Alguns teóricos, ao analisar a presença e a participação das mulheres na política, apontam a importância da postura crítica em relação a uma visão androcêntrica, e da relevância de uma conceituação de política, incluindo não apenas a política institucionalizada, mas conectando tarefas usuais e não usuais. Dessa forma, carece dimensionar os lugares de intervenção das mulheres, percebida não somente pelas lutas feministas de politização do espaço privado, mas considerar que as mulheres são sujeitos políticos, dentro do espaço público, advindos dos lugares de “visibilidade”, como os movimentos, grupos sociais, campanhas, departamentos de partidos, etc. Com isso, a política possui outra caracterização, abrangente, com outras práticas e novos engendramentos.

Judith Butler (1998) tece considerações contemporâneas acerca do indivíduo político, mostrando que reside nesse um “sujeito ocidental masculinizado”, onde homens e mulheres se sobressaem de acordo com uma política instituída, refazendo usualmente as mesmas ações políticas, que também são masculinas.

De forma ainda pequena, mas visível, aumenta a presença das mulheres nas disputas eleitorais. (...) Hoje, além da luta das mulheres pelo acesso ao poder

legislativo, outras lutas por níveis de paridade começam a se fazer visíveis nos demais poderes constituintes do Estado: o Executivo e o Judiciário. No bojo dessas novas reivindicações de paridade, também se encontram as lutas pelo acesso igual das mulheres a cargo de chefia no serviço público, assim como políticas afirmativas em grandes empresas (sobretudo multinacionais), em busca da valorização das mulheres e de características consideradas como “femininas” (subjetividade, emoção, capacidade relacional, etc.), pois essas contribuiriam para melhores relações e rendimento no trabalho. (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 170-171)

Nesse sentido, as mulheres ao buscarem ocupar espaços em várias dimensões da vida social começam a fazer presença no campo político, nos cargos de chefia, no setor público. Historiadores têm construído esforços para escrever a história cotidiana das mulheres, na tentativa de combater o que a historiografia tradicional coloca.

Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes. (PERROT, 1988, p. 169 e 170)

Desconstruir e desnaturalizar as concepções de submissão, opressão, dominação, exclusão, não dão conta de (re)escrever ou (re)elaborar a história das mulheres. É preciso, pois, repensar e desenvolver uma base teórica para refletir as condições das mulheres na política, a partir de uma reflexão sobre as relações de gênero que perpassem as influências masculinas, percebendo a elaboração de “táticas e estratégias” utilizadas nestes contextos.

Percebe-se que, “as fontes para a história das mulheres estão em toda parte, misturada à dos homens” (PERROT, 2008, p. 36). Cabe ao historiador/pesquisador selecioná-las e lhes dar sentido. Isso se evidencia nos documentos que analisamos. Histórias que se cruzam, interpenetram-se, tangenciam-se de modo oposto, repelem-se, originárias da mesma matriz institucional e documental.

A história política de Maria Alba, portanto, não está divorciada e se mistura a de Raimundo Júnior, José Lopes, Francisco Pereira, José Vitoriano, Arsenio Rolim, Antônio Ferreira, Abdiel de Sousa, José Alme, João Rodrigues, Francisco Cabral, João Bosco Amaro e demais suplentes que assumiram durante ausência dos titulares. Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), dos 69 candidatos a vereador de Cajazeiras, nas eleições de 1982, apenas 4 eram mulheres. E a história de Maria Alba sendo “separada” da deles.

Ambos confeccionando as mesmas fontes, sendo partícipes das mesmas composições partidárias, exceto um, conivente das mesmas ideologias político-partidárias, e, no entanto, suas ações diferiam entre si. Todavia, é notório e comum que dentro dos processos norteadores das ações coletivas de agremiações políticas, haja encaminhamentos individuais ou locais que se sobreponham da sigla partidária.

Mas, a história que nos interessa é a história de Maria Alba. De uma Maria que representa tantas outras Marias que não tiveram a mesma oportunidade. Marias que não tiveram acesso às letras. Marias mães, filhas, esposas, sogras, noras, tias, viúvas, brasileiras, nordestinas e sertanejas, que por intermédio do destino tiveram os seus direitos negados, violados. Marias que não nasceram em berço de ouro, ou nasceram, e que não chegaram a alcançar cargos públicos, que não chegaram sequer a ter conhecimento dos seus direitos porque só lhes foram outorgados na contemporaneidade.

Marias que fizeram e fazem história, que deram suas contribuições, que prolongaram o destino de outras gerações, que morreram em nome da história e da continuidade desta.

Esse tal “privilégio” ou oportunidade é colocado dessa forma porque a elas estavam reservadas “as prendas domésticas”, os afazeres do lar, ensinadas a serem mães, boas esposas, dedicadas ao lar, principalmente, as mais humildes, o que não divergia muito das da elite, de tal modo que, “No sertão nordestino do século XIX, a mulher de elite, mesmo com certo grau de instrução, estava restrita à esfera do espaço privado, pois a ela não se destinava a esfera pública do mundo econômico, político, social e cultural” (FALCI, 2011, p. 251) de modo que, ao contrário dos homens, que eram enviados as capitais do país para estudar, depois retornar com o saber, muitas delas levaram toda a vida “nas fazendas de gado”.

Essa é a Maria que é Alba, que também é sertaneja e que não teve o seu destino traçado apenas na “fazenda de gado”, e que teve o “privilégio” de desbravar outros espaços, espaços esses não somente físicos, e de fazer outras leituras de mundo. Falamos de uma Maria que ao contrário de muitas, presenciou o advento de novas ideias com a redemocratização política brasileira. Falamos de uma Maria que passou por uma formação acadêmica na “Faculdade de Formação de Professores” em Belo Jardim – PE, e que antes foi interna no “Colégio Nossa Senhora Auxiliadora” na cidade de Sousa – PB, onde estudou “Pedagógico” na cidade que escolheu para viver até a sua finitude (Cajazeiras).

Uma Maria que conviveu com outras culturas, que conheceu outros espaços, que transitou entre o meio rural do Sítio Cacimba Velha, em Triunfo – PB, seu lugar de origem, e o meio urbano de Sousa, Cajazeiras, Belo Jardim, João Pessoa, entre outros tantos, para buscar o seu lugar. Uma trajetória perpassada por questões administrativas no setor

educacional, sendo gestora do “Grupo Escolar Matias Duarte Rolim”, “Coordenadora do Ensino Municipal de 1976 e 1982”, diretora da “Biblioteca Pública Municipal Dr. Castro Pinto”. Realizou vários treinamentos, para além do sertão. Mas, uma Maria que também foi mãe, filha, esposa, nora, professora, administradora e vereadora, que transitou entre o público e o privado, o rural e o urbano.

Uma mulher que estava articulada a outras mulheres, a outras professoras, e que foi capaz de presidir não somente a Câmara, mas a “Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher” e de se colocar em apoio a essas.

Dentro dos conchavos do sistema governamental, fora eleita democraticamente com maioria dos votos válidos, não se desvincilhando totalmente do seio privado, porém conciliando a carreira as demais demandas de rotina da vida social, combinando as atividades de cunho profissional e pessoal, não se limitando ao domínio privado.

#### **1.4. A mulher na vida política**

Segundo AVELAR (1989) a forma como as mulheres passaram a ocupar espaço na sociedade, com seu crescimento na área de trabalho e na educação, não condiz com a realidade da política. Embora demograficamente e eleitoralmente sejam em maior número no campo da política, sobretudo, da política partidária, essa atuação ainda é pequena, uma vez que:

A assimilação das mulheres no interior das organizações partidárias é obviamente difícil. As resistências aumentam na medida em que se passa dos níveis mais baixos da hierarquia aos mais altos, dos diretórios locais aos regionais e nacionais. É fácil evidenciar os limites do exercício da cidadania por parte das mulheres e de alguns grupos sociais menos privilegiados via partidos políticos. (AVELAR, 1989, p. 37).

As dificuldades de participação e de envolvimento das mulheres na política partidária produzem múltiplas explicações e justificativas, que vão do desinteresse das mulheres por política até a inabilidade para a vida pública. Essa realidade, inclusive, explica, em certa medida, a instituição dos chamados “departamentos femininos”, estruturas criadas por agremiações partidárias e outras entidades com o objetivo de “incorporar as mulheres na política” a elas destinando tarefas mais afinadas com sua “vocação feminina”.

GROSSI e MIGUEL (2001) destacam o quanto o engajamento das mulheres na política implica variáveis que possuem desdobramentos, pois, além de investimentos pessoais, requer a mudança de leis e normas que regem esse campo, exigindo, assim, um nível de aprendizagem individual. Consideram que o acesso de qualquer pessoa as esferas de poder ou cargos públicos requer, além de condições financeiras favoráveis, disponibilidade de tempo e uma teia de situações, revelando que, em grande medida, a ausência feminina nesses espaços acaba por naturalizar este como pertinente apenas ao mundo “masculino”.

As dificuldades sentidas pelas mulheres para desenvolver uma carreira política são muito semelhantes às dificuldades sentidas em outras carreiras profissionais. A queixa, cotidianamente verbalizada, de que as mulheres para ocupar cargos de direção têm de sempre “fazer mais” para provar a sua competência, tão conhecida nas mais variadas profissões, esteve presente também na fala das mulheres que optaram por seguir a carreira política”. (Apud, 2001, p. 181)

Todavia, não seria exclusivamente na política partidária que as mulheres encontram dificuldades, mas nas mais diversas áreas de atuação, considerando que, a revelia das inúmeras conquistas, ainda se presencia discrepâncias e entraves políticos, culturais, sociais à participação e à inserção feminina no espaço político. As “cobranças” são adicionais a mais, que sugerem algo complementar, em consonância com as exigências sociais, exigindo da mulher provas de sua inteligência numa situação que fica bastante evidente no campo político e partidário.

Em certo sentido, confere-se aos homens a naturalidade do fazer política e estes, desde a mais tenra idade, “são ensinados a ser confiantes, assertivos e a promoverem a si próprios, ao passo que, para as mulheres, tais características muitas vezes são consideradas inadequadas.”(BIROLI e MIGUEL, 2010, p. 666). Portanto, dos homens não se solicita provas do compromisso ou grau de aptidão.

As autoras destacam que muitas mulheres decidem seguir a carreira política apenas porque seus pais também eram políticos e elas se acham na condição de “herdeiras”. Ou seja, apenas seguem a trilha do pai e/ou esposo e que muitas só seguem a carreira política até a opção da maternidade e também por considerar a atividade política como algo irrelevante, diferentemente de outras profissões, como medicina, engenharia por exemplo.

Ora, a carreira política, diferentemente de outras carreiras profissionais, é mais fortemente representada como uma carreira com duplo sentido, ora

como fruto de projeto coletivo ideológico, ora como fruto de um projeto totalmente individual. Por detrás, da crítica a essas mulheres parece haver uma visão de que a política deva ser somente vocação, e não uma carreira que exigiria um longo processo de formação. (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 192)

Desse modo, seguir os rumos da política não é tão simples assim como parece. Existe uma forte tradição arraigada quando se pensa nas vias de acesso, que por suas razões estão atrelados ao pensamento e decisões tomadas por parte de um grupo com os mesmos interesses que se articulam dentro de um partido ou de modo pessoal, quando por interesse próprio de alguém que decide fazer política, como as próprias autoras afirmam, sem que haja a necessidade de uma formação, de uma análise criteriosa enquanto projeção profissional, mas que a vocação seria a peça chave para escolha da mesma.

São inúmeros os “filtros” que perpassam as graduações de integração à política, e as razões pelas quais introjeta-se sua reprodução pela naturalização por meio dos discursos. Assim:

Investigam-se, então, o peso dos estereótipos na decisão do eleitorado, os vieses dos partidos em relação às mulheres, as particularidades das campanhas políticas femininas. Em cada um desses momentos, as mulheres se defrontam com dilemas e empecilhos que lhes são próprios, para além daqueles comuns também aos homens. (BIROLI E MIGUEL, 2010, p. 662)

O modo como cada requisito é tratado e pensado é analisado. Porém, as situações se dão em afinidade com o que vivenciam os homens em relação aos problemas inerentes ao “campo político”, ao funcionamento e gestão do sistema.

Outra questão a ser considerada quando situamos as explicações de acesso das mulheres nesse campo, segundo BIROLI e MIGUEL (2010) é:

A dificuldade no acesso aos recursos materiais necessários à participação política contribui para explicar a baixa presença feminina. Suas obrigações no espaço doméstico, seu menor acesso ao dinheiro e a relativa impermeabilidade das redes políticas as mulheres são fatores que pressionam, para baixo, as chances de sucesso na política eleitoral. Ao conectar as condições materiais à ação política, esta linha de explicação se contrapõe a visões que tendem a idealizar uma igualdade que as democracias realmente existentes não cumprem para além da formalidade. (p. 671)

Argumentos que justificam e explicam o reduzido número de mulheres na atividade política. São componentes que desfavorecem e inibem a acessibilidade. São paradigmas explicativos que atestam razões complexas para tentar dar conta de uma dificuldade acerca da “sub-representação” feminina na política.

BIROLI e MIGUEL (2010) reforçam que não basta incluir as mulheres e outros grupos de marginalizados na política quando não se alteram os códigos institucionais e as estruturas partidárias, por exemplo. A atuação e a participação feminina tornam-se limitada quando são evidenciadas as posições de poder, já que a condição biológica não é um fator determinante para levar em consideração “o acesso à franquia eleitoral”, com o aumento de mulheres na política “o sexo tornou uma variável independente”. Contudo, apesar de o sistema ser gestado e composto como tal, a presença dessas não desfoca ou destoa às estruturas práticas da política. Na maioria dos casos, as mulheres passam a gerenciar suas carreiras políticas como extensão de sua atividade profissional. Assim, a trajetória política de Alba Costa se deu como um desdobramento de sua atividade profissional: uma professora que se identificava com os problemas da educação, comprometida com o aparelhamento didático da área de atuação a qual esteve inserida.

RODRIGUES e RABAY (2014) analisando a “representação feminina na política paraibana” apontam que a inserção das mulheres no cenário da política nacional e local acaba ferindo algumas regras pré-estabelecidas socialmente. Ao se lançarem na busca de lugares definidos no espaço político, as mulheres enfrentam uma visão ideológica de configuração patriarcal que tem raízes históricas. Portanto, a representação feminina na política paraibana, adianta as autoras, traz a marca desses enquadramentos, sem desfazer elos com as velhas estruturas patriarcais, o que as tornam “limitadas”. Entretanto, superando o forte controle ideológico muitas “(...) começam a dar mostras de significativas transformações ao nível das mentalidades. A possibilidade do exercício de uma atividade pública trouxe a muitas delas a consciência de suas potencialidades e de um novo mundo a descobrir” (p. 2350 e 2351)<sup>8</sup>.

Assim, além das autoras acima citadas (TORRES, 2002) afirma que elas têm consciência de fazerem parte da história nacional da política brasileira, afirmam que apesar de não prover de um suporte do capital político que lhes sustente enquanto figura política, se

---

<sup>8</sup>RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite; RABAY, Glória. In: **Representação Feminina na Política Paraibana**. Artigo apresentado no 18º REDOR, de 24 a 27 de novembro de 2014, UFRPE. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/565/777>. Acesso às 20:30 de 22/10/17. Pesquisa recente, pós-cotas, a partir de entrevistas com 10 das 48 prefeitas eleitas em 2012, analisando os discursos das mesmas e como essas compreendiam o espaço da política partidária, as autoras identificam nas falas os tipos de prefeitas e as conceituam.

mostram empenhadas a buscá-lo, mostrando-se conscientes das diferenças entre ambos atores políticos, identificando maneiras de dirimir as diferenças.

Fazer parte do meio político ou ser “mulher política” se mostra contrário a “natureza feminina”, ou seja, um traço negativo na sua natural dedicação, uma agressão ao prazer feminino. Em suma, uma grave e inaceitável violação das características notadamente femininas, quando são analisadas pela percepção global de compreensão inerente ao campo político, o que denota imputação, “resistência”, direcionando-os do mesmo modo ao “governo” e a “representação” (PERROT, 2008).

Outros autores, entre eles LOURO (2011) colocam que existe uma “relação de circularidade entre o progresso da carreira e a adesão ao padrão dominante” de se fazer política. A multiplicidade de linguagens que permeiam esse campo é densa. Assim, pensar o espaço da Câmara Municipal Otacílio Jurema enquanto instituição social com normas que a regem, com comportamentos legitimados pelos partícipes se apresenta determinante na análise da atuação e do desempenho da parlamentar Maria Alba C. de Ataíde, considerando as questões que instituíam este espaço, a sociedade e suas práticas, as normas e regras definidas para a atuação do poder legislativo e as variáveis que constituem o sistema político. Ou seja, apreender como a atuação da vereadora não acontecia em via única, mas permeadas pelas relações/ações humanas marcadas por anuências e resistências, complexas, dialéticas, e não pré-determinadas, mas construídas cotidianamente, (re)elaboradas no refazer-se histórico e cultural.

A análise documental aponta Alba Costa eleita, em 1982, pela legenda do Partido Democrático Social (PDS), obtendo o 1º lugar no município. Como parlamentar assume a vice-presidência da Comissão de Elaboração do Regimento do Poder Legislativo, a presidência da Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher, “Líder Feminina”, “Destaque da Região” pela imprensa local.

Esses dados nos permitem considerar que a vereadora Alba Costa, a partir do seu desempenho no legislativo municipal cajazeirense, reconfigura as funções que exerce, adquirindo novas experiências, reificando as suas propostas e concretizando outras, assimilando o que a classe detentora do poder e da política convencionava e legitima. O processo cultural demarcador de limites influencia a postura na qual a mesma está inserida, criando outros modos de trabalho, novas possibilidades de ação, de pensar, de ver e de criar estratégias dentro daquele espaço. Essas mudanças nem sempre são conscientes, vão acontecendo de forma gradual e sucinta.



A vivência pessoal e política de Alba Costa no legislativo cajazeirense também incorpora e é incorporada à experiência de outras mulheres que, em momentos distintos, assumiram a função política legislativa, a exemplo de Rita de Cássia Assis (1951/55) a primeira vereadora da cidade, Anita Caitano (1959/63 – 1963/69). Ela também deixou seu legado como referência para outras que a sucedeu, como Francisca Campos de Oliveira, Maria do Carmo Ribeiro, Josefa da Silva Santos (Léa Silva), Lucieide Valêncio (2001/2003). Mulheres que ocuparam espaços na política cada uma com seus traquejos próprios, com percepções próprias e em momentos diferentes.

## Capítulo II

### Maria Alba em cena

A instituição legislativa, além de seu marcante poder disciplinador, é permeada por práticas, costumes e vivências “antiéticos” que explicitam o processo de dominação que lhe transversaliza. Lugar de violência simbólica em variadas dimensões como conceitua BOURDIEU (2007). Uma realidade que, preponderante e “natural” à época da atuação de Alba Costa como vereadora no Legislativo Municipal de Cajazeiras, ainda se faz presente com bastante pujança na contemporaneidade, uma vez que os mecanismos que operam em sua órbita continuam com a mesma força.

Segundo COSTA (2001) instituições como o legislativo são configuradas por “ritualizações” que escondem performances personificadas em negociatas políticas, apoio parlamentar, nem sempre costuradas e/ou decididas nas fronteiras do plenário. Para adentrar aos pormenores de seus “atores” faz-se necessário acompanhar a rotina dos mesmos em outros momentos, sem perder de vistas os modelos mais usuais e seguidos, o *clientelismo* e a *patronagem*.

Algumas passagens captadas na “Casa Otacílio Jurema”, quando da atuação de Alba Costa, situam bem as negociatas que aconteciam ali e fora dali, as camuflagens de questões mais particulares decididas ali, as perseguições, denúncias, favorecimentos, etc, exemplificando com a concessão de “títulos de cidadãos cajazeirenses”, “votos de congratulações ou de aplausos”, honraria geralmente concedida às figuras masculinas e da elite, a exemplo de juízes, promotores, médicos, engenheiros, delegados, grandes empresários, os que prestavam, segundo o legislativo, “relevantes serviços à comunidade”, como se somente esses “figurões” contribuíssem para com o desenvolvimento da cidade, justificando a forte ideia do *pater poder*.

Raríssimas exceções de mulheres recebendo tais condecorações foram a artista plástica Telma Cartaxo<sup>9</sup> como também a atriz Marcélia Cartaxo<sup>10</sup>. O primeiro título de cidadão concedido a uma mulher nesse período foi de “autoria da Vereadora Maria Alba Costa de Ataíde, resolução nº 10/85 concedendo o título de cidadão cajazeirense a Professora

---

<sup>9</sup> Alba concede “Voto de Aplauso a artista plástica pela brilhante iniciativa do Projeto Pintar Cajazeiras” (2ª sessão, 03/09/1987, p. 74).

<sup>10</sup> A atriz cajazeirense Marcélia Cartaxo recebeu o prêmio de *Melhor Atriz*, no 18º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, em 1985, por seu desempenho como *Macabéa*, no filme *A Hora da Estrela*, dirigido por Suzana Amaral, e baseado na obra homônima de Clarice Lispector.

Maria Jesuíta Fernandes”<sup>11</sup>, que concorreu às eleições, mas não obteve êxito, assumindo a suplência.

Todas as honrarias concedidas a mulheres trazem a biografia do destaque social de suas atuações. Não era qualquer mulher que recebia tais titulações. Eram damas da sociedade, mulheres que se faziam perceber através dos seus cargos, mulheres que “herdaram” nomes. Atentando ao uso coloquial “título de cidadão” uma vogal que faz a diferença. Uma mulher recebendo um título no gênero masculino, o que implica uma forte tradição masculina. Nem a denominação foi capaz de ser redefinida. É uma conceituação forte, carregada de sentidos.

O Legislativo está para além do que se propõe a ser em determinadas circunstâncias. As práticas e demandas dos vereadores não condizem com a funcionalidade deste poder. Vereadores que se utilizam de práticas tidas como “clientelistas”, fazendo doações de gêneros alimentícios, materiais de construção, com promessas de emprego, doações de medicamentos e assim por diante. Não se apreende deste poder a sua função “básica” de “fórum de discussão” dos problemas do município, ou seja, destoa da pauta de trabalho a ser seguida e coloca em segundo plano o objetivo do Parlamento, que é a criação de leis e a fiscalização dos atos do Executivo (COSTA, 2001).

Essas práticas tecem a colcha de retalhos do sistema legislativo de Cajazeiras no período do mandato de Alba Costa. O vereador José Alme pedindo ao governador eleito em 1986, Tarcisio Burity, “o envio de bolsas de estudos para os filhos de funcionários públicos que contribuíram com o IPEP”<sup>12</sup>. O vereador Sinfrônio de Lima fez a seguinte fala: que o vereador deve “ajudar a todos os que lhes procuram” (Livro de Atas, p.197) como, por exemplo, atendendo pedido de material de construção para reforma de casa de eleitor. “José Lopes disse que os vereadores que ganhavam retribuía em várias ajudas para o povo pobre de Cajazeiras”<sup>13</sup> com cestas básicas, doações de terrenos, isenção de taxa de imposto aos feirantes, uso de veículo particular para socorrer doentes, entre outros.

Questões desse tipo aconteciam de forma corriqueira, como se a população tivesse total desconhecimento do papel do vereador, e os mesmos se colocavam a serviço da pobreza, “representantes do povo pobre”. Várias são as passagens em que se pode visualizar isso. O vereador Francisco Gabriel da Silva afirmou que “(...) irá continuar o trabalho com

---

<sup>11</sup> 21ª sessão, 08/04/1985, p. 81.

<sup>12</sup> 13ª sessão, 09/03/1987.

<sup>13</sup> 12ª sessão, 26/02/1987.

toda força e vigor para o bem da massa pobre”<sup>14</sup>. Já no início do período legislativo, em outro momento, colegas de bancada se pronunciavam dizendo que estavam ali “lutando em prol do povo pobre e carente da nossa cidade”, ou para “ajudar aos necessitados”. É claro e notório o objetivo da maioria dos parlamentares: não falavam em nome de todos os cidadãos do município, mas de uma minoria desprivilegiada, ou de uma maioria fácil de ser manipulada nas eleições seguintes, uma maioria que, por necessitar de serviços básicos, acordavam a troca de favores, demandas essas que não cabem a essa instância de poder a resolução, devendo ser encaminhadas aos setores competentes a quem compete a resolução dentro da lei.

As querelas entre os vereadores eram variadas e muitos, em recorrentes momentos, esqueciam de descer do palanque político. “Arsênio disse que João Rodrigues era um vereador ditador e perseguidor de pobre. Arsênio apelou aos vereadores e a mesa da Câmara que discordassem com a atitude do vereador João Rodrigues” (Livro de Atas, p.185) debatendo acerca da criação do novo regimento interno em 1984 e o vereador Sinfrônio de Lima se retirou da sessão por se sentir ofendido. Uns saíam em defesa dos secretários municipais, outros discordavam. Algumas sessões eram encerradas pelo acirramento dos ânimos.

Este era o cenário da Câmara Municipal de Cajazeiras, entre os anos de 1983/88, período em que Alba Costa exerceu o mandato legislativo. Também é interessante conhecer um pouco mais sobre Alba, sua origem e inserção geográfica, política, cultural, seu estrato social, como ela se constrói a partir dos seus discursos, as funções exercidas, os discursos legitimados por ela e a sua trajetória política.

## **2.1. A cidade e a educação**

O município de Cajazeiras está localizado no Alto Sertão Paraibano. Possui uma área de 565,899 km<sup>2</sup> e população estimada em 2017 é de 62 187 de acordo com o último censo do IBGE. O nome faz referência as cajazeiras encontradas, no século XVIII, na fazenda de Luiz Gomes de Albuquerque. As terras da Fazenda Cajazeiras doadas a Ana Francisca de Albuquerque (mãe Aninha) pelo seu pai como dote de casamento com Vital de Souza Rolim, e logo passa a abrigar a casa grande e, próxima a esta, o açude. Da união de Ana e Vital

---

<sup>14</sup>1ª sessão, 02/05/1983.

nasceu aquele que se destacou entre os demais, Inácio de Souza Rolim (o padre). Aquele que viria a ser o “ilustre benfeitor da educação” dos cajazeirenses e cajazeirados.<sup>15</sup>

Através da participação e empenho de Mãe Aninha e logo mais tarde do padre, o povoado foi ganhando novos contornos, como a construção de uma capela dedicada a santa de devoção de Mãe Aninha, Nossa Senhora da Piedade. Capela que serviu de pontapé inicial para o que hoje é a Catedral de Nossa Senhora da Piedade, sede da Diocese de Cajazeiras<sup>16</sup>. O filho padre empenha-se na formação educacional dos habitantes da localidade e de regiões circunvizinhas. Em 10 de julho de 1876 o povo é elevado a categoria de cidade.

CEBALLOS e SANTANA (2013)<sup>17</sup> afirmam que a formação da cidade se dá, sobretudo, em função da escola criada pelo Padre Rolim, que passa a ser um referencial não apenas na Província da Paraíba, mas em todo o sertão, destoando da maioria dos povoados que se estruturavam em volta de uma Igreja. Assim, Cajazeiras segue o estilo paulista “originando-se em torno de um colégio”, e fazendo jus a epígrafe de “cidade que ensinou a Paraíba a ler”. O colégio idealizado pelo Pe. Inácio de Sousa Rolim surge seis anos após a criação do primeiro colégio no estado do Rio de Janeiro, o “Colégio Pedro II”, aliando a religião aos seus ensinamentos.

Desse modo, a educação assume, ao longo de décadas, a posição de mola mestre do desenvolvimento do município, o que aumenta sua população flutuante e, ao lado de atividades comerciais, sustenta a sua economia. São várias as instituições de ensino superior em funcionamento em Cajazeiras<sup>18</sup>, como também as várias escolas públicas e privadas de nível fundamental e médio. O setor imobiliário tem crescido muito nos últimos anos, por atrair pessoas de diversas regiões.

A cidade de Cajazeiras, no entanto, não acompanha, no mesmo ritmo, as mudanças que, nas primeiras décadas do século XX, marcaram as principais cidades do Brasil, tomadas pela concepção modernista e de progresso. O Rio de Janeiro, por exemplo, vislumbrou os ares parisienses, com a reforma urbana empreendida por Pereira Passos, assim como São Paulo e

---

<sup>15</sup>Baseado no histórico da cidade, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/historico>  
Acesso: 07/11/17 às 19:36.

<sup>16</sup> A cidade de Cajazeiras passa a abrigar a sede da segunda diocese da Paraíba em 1914.

<sup>17</sup> As autoras apresentam uma breve história da cidade de Cajazeiras – PB, a partir do que a historiografia coloca, fazendo um recorte dessa história, discorrendo sobre a sua fundação e a relação entre a figura do Pe. Rolim, a educação e algumas mudanças no século XX. CEBALLOS, Viviane Gomes de & SANTANA, Rosemere Olímpio de. **Cajazeiras, Paraíba, Brasil**. In.: História dos municípios paraibanos/Antonio Clarindo Barbosa de Sousa (org.). 2 V – Campina Grande: EDUFPG, 2013.

<sup>18</sup>Funcionam em Cajazeiras o Centro de Formação de Professores, Campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus do Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFPB), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC), Faculdade Santa Maria (FSM), Faculdade São Francisco (FASP) e vários outros pólos de IES particulares.

outras cidades brasileiras, em maior ou menor grau. Mudanças que tinham como um dos alicerces as ideias higienistas organizando, minimamente, as condições sanitárias da população.

AVELAR (1989) vai dizer que a década de 1980 é marcada pela consolidação da onda migratória do campo para as cidades, trazendo várias mudanças na sociedade brasileira, que abandona seu lado eminentemente rural para se tornar “urbano, moderno e complexo”. As cidades começaram a crescer em ritmo acelerado, agravando as desigualdades sociais que não conseguiram acompanhar a urbanização e a industrialização. Os padrões e os hábitos passam a serem regulados pela dualidade entre o novo e o velho, as velhas práticas tradicionais misturadas as novas.

Segundo ALBUQUERQUE JÚNIOR (2013) a vida urbana e as mudanças advindas do processo de modernidade e modernização provocaram mudanças no comportamento das mulheres, causando alvoroço em algumas práticas masculinas de cunho patriarcal. Mudanças caracterizadas pela “desterritorialização” e pela “destraditionalização” responsáveis pela formação de novos sujeitos, pessoas que já não eram as mesmas de um passado eivado no modelo aristocrático, mas que buscavam a construção de relações sociais mais ou menos isonômicas, com direitos e deveres iguais, além das hierarquias sociais e/ou econômicas.

Além do mais, o município de Cajazeiras não fica imune à crise que, na década de 1980, afeta drasticamente o Estado da Paraíba, sobretudo o setor agrícola, afundado no caos provocado pela redução do valor do sisal e pela “praga do bicudo” que deteriora a produção algodoeira, aumentando a dependência das regiões central e sul do país, onde os investimentos em industrialização foram sensíveis, e da ajuda governamental levando muitos municípios a sobreviverem exclusivamente da transferência de recursos federais. (OCTÁVIO, 1994).

É neste contexto que, na década de 1980, Alba Costa assume o mandato de vereadora e passa a desempenhar suas atividades políticas. Assim, a compreensão de seu modo de atuar politicamente nesse espaço geográfico, político, social e cultural é elemento básico desta reflexão, tematizando e problematizando suas ações. Embora levando em consideração o argumento de PERROT (2008), de que a cidade se traduzia no lugar de liberdade para as mulheres, desprendendo-se da tutela dos familiares, o que se observa na atuação parlamentar de Alba Costa é uma maior preocupação com a zona rural, dada a sua identificação com esse meio.

De acordo com a análise documental, nos anos 80 a cidade carecia de alguns recursos materiais para melhorar a estrutura urbana. A cada sessão da Câmara Municipal vários

vereadores expressavam essa demanda em requerimentos e pronunciamentos na tribuna da Casa, na tentativa de viabilizar meios para torná-la saneada e higienizada. A vereadora Alba Costa reivindica a colocação de coletores de lixo para os bairros, a retirada de lixo das vias públicas, construção de banheiros nas residências periféricas da cidade, poda das árvores, a coleta regular do lixo, entre outros.

Emergem ainda as colocações diversas de preocupação com o abate de animais de forma clandestina, a comercialização de carnes sem fiscalização e controle, a realocação de feiras livres (principalmente a feira do peixe) reservando para esta um local adequado, além de construção de praças para garantir a sociabilidade dos cajazeirenses, iluminação nos bairros periféricos, pavimentação de ruas, recuperação de pontes<sup>19</sup>, a limpeza de cemitérios, a denominação de nomes de ruas, uma vez que a maioria das ruas eram conhecidas vulgarmente ou por ordem alfabética, abertura e alargamento de ruas<sup>20</sup>, saneamento básico, reformas e construção de escolas, etc.

Mas, quem é Alba Costa? O que pensa? Como age? Respostas que somente são construídas quando se imerge em sua biografia traçando uma linha de histórias, fatos, documentos desvelados de sua personalidade e de sua atuação parlamentar.

## **2.2. A vereadora Alba Costa**

Maria Alba Costa de Ataíde nasceu no Sítio Cacimba Velha, no município de Triunfo – PB, no ano de 1949. Sexta filha de Manoel Fernandes Dantas e Albaniza Alves da Costa. Casada com José Verniaud de Ataíde, mãe de Vernalba Costa de Ataíde, Vernaldo C. de Ataíde e João C. de Ataíde, residia à Rua Siqueira Campos, em Cajazeiras.

Viveu em regime de internato nos anos iniciais de estudo no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Sousa – PB. Cursou o primeiro grau no Colégio Municipal Monsenhor Constantino Vieira, em Cajazeiras, e concluiu o pedagógico nessa mesma cidade, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Concluiu o Curso de Ciências, com Habilitação em Biologia, na Faculdade de Formação de Professores, em Belo Jardim – PE.

---

<sup>19</sup> A ponte que dava acesso a comunidade de Azevém era sempre uma questão presente nos pronunciamentos, sobretudo, nos períodos chuvosos, quando a sua precariedade ficava patente deixando a população isolada.

<sup>20</sup> Como a retirada de casa desalinhada na Rua Duque de Caxias.

Já como docente da rede municipal de ensino de Cajazeiras assume a direção do Grupo Escolar Matias Duarte Rolim e, entre os anos de 1976/1982, a coordenação da rede de ensino municipal. Últimas atividades antes de seu ingresso na arena político partidária. Sua atuação profissional possibilitou vislumbrar outros projetos para a sua vida, caminhando além da profissão, percorrendo as instâncias de poder, mas precisamente o legislativo, vislumbrando o espaço público. E assim o fez.

A presença de Alba Costa no cenário público do município de Cajazeiras, de certa forma, destoa das práticas patriarcais, do que era visto como “normal” ao universo feminino, ou seja, o domínio do mundo privado. Usando o magistério como alavanca para que ela transpusesse o espaço privado e percorresse os domínios públicos e políticos.

Enquanto mulher política sua presença se situa como representação de tantas outras mulheres. A noção de representação, analisada por PESAVENTO (2004), é se fazer presente no lugar do ausente, é algo que está relacionado com “identificação, percepção, reconhecimento, classificação, exclusão”, e por representação a autora denota que a conjuntura em que se dá a representação existe a possibilidade de formar um contexto “paralelo” acerca das realidades vividas substituindo as já existentes, pois:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. (PESAVENTO, 2004, p. 41).

Desse modo, compreendemos que “a realidade do passado só chega ao historiador por meio das representações” (PESAVENTO, 2004, p. 41). Esse direcionamento é básico para subsidiar o entendimento dos valores e normas que orientaram a atuação da vereadora ao longo do período de sua permanência na Câmara.

Não é possível localizar outras experiências dela na política, porém é pertinente colocar que a mesma concorre a uma vaga no parlamento após assumir alguns cargos de direção. Ou seja, após experimentar e vivenciar as tomadas de decisões no sentido administrativo.

ANA CLAÚDIA FELICIANO (2014) vai dizer que o eixo central das disputas municipais na Paraíba acontecia e ainda acontece entre dois grupos rivais de tradição, familiar ou política. Por meio da condução e eloquência política que favorecia principalmente os homens, desde a campanha eleitoral, através de uma boa oratória empregada pelos candidatos,



de uma “trajetória política” remontando o passado de grupos aos quais estavam ligados, até a permanência no poder, e assim dificultando a participação de mulheres devido o forte modelo impetrado “naturalmente” pela sociedade. Enfatizando que:

Portanto, a presença de mulher na história política revela que é difícil buscar conceitos e métodos para explicar sobre este avanço ou pequena presença no poder. Mesmo porque a participação não deve ser vista sumariamente pela categoria sexo, mas pela realidade sócio-cultural-econômica das mulheres. (SILVA, 2014, p. 34)

Um dos entraves citado seria o nepotismo, muito recorrente em nossa região, favorecendo a parentela dos grupos dominantes, mantendo a sucessão de poder por meio de “alianças” e “jogos de interesses”.

Dada a pouca presença de paraibanas na política nacional, mais que paulatinamente começam a conjugar o verbo atuar politicamente, pela forte presença masculina, e o mais intrigante é que, apesar da “cultura machista”, essa é a região nordestina que mais elege prefeitas no país. Maria Dulce torna-se a primeira prefeita eleita, através do voto popular, na Paraíba, no município de Queimadas, em 1963, e a primeira vereadora de Campina Grande (SILVA, 2014).

Foi no mesmo período quando Alba se elege em Cajazeiras que Vani Braga (PDS) irmã do governador eleito da Paraíba, Wilson Braga, ambos do mesmo partido, toma posse na Assembleia Legislativa do Estado, tornando-se a primeira paraibana a ser eleita deputada estadual. Já no ano de 1986, Lúcia Braga, esposa de Wilson Braga, filiada ao PFL, cunhada de Vanir, é eleita a primeira deputada federal da Paraíba. O perfil dessas mulheres revela um caminhar oriundo de um traçado pela vida política de familiares, ou seja, através da apropriação delas de um capital político acumulado e herdado das tradições familiares, embora algumas já agissem nos bastidores da política, como assevera NOGUEIRA (2012).

Alba era admiradora do trabalho de Lúcia Braga. Com recorrência reverenciava o trabalho e a atuação da primeira-dama e depois deputada federal. Elogiava a forma como militava na vida pública. Na vigésima sétima sessão, Alba pede: “Voto de aplauso à Sra. Lúcia Braga pela indicação do seu nome para a Presidência da Fundação Social do Trabalho”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup>Livro de Atas, 1983, p. 187.

Ainda segundo NOGUEIRA (2012) quando as mulheres obtêm êxito nas urnas, por vezes se “subordinam” as práticas já existentes do sistema de dominação, reforçando o poder vigente para manter o *status quo*, principalmente quando a vida política delas é perpassada pelo percurso político dos seus familiares, que de certo modo reproduz a forma como eles fazem política. A autora coloca que mesmo essas representando e buscando questões de interesses femininos são influenciadas pelo modelo masculino ancorado nas instâncias de poder.

ALBUQUERQUE JÚNIOR (2013) apresenta o nordestino tradicionalmente representado como o “cabra macho”, a partir de uma gama de produção literária e cultural que delineia através do visível e do dizível este, relacionando a “identidade regional e de gênero” desses para reforçar a masculinidade do ser nordestino, que não dá espaço nem para as mulheres, pois até elas são retratadas enquanto “mulheres macho sim senhor”.

O autor repensa a desconstrução desse tipo de nordestino, cartografando uma pluralidade das várias identidades do homem nordestino e da mulher com a qual se relaciona, pensando as relações de gênero e as mudanças do ser nordestino ao longo do tempo. Então, a historiografia produzida até então é cerceada desse discurso, de uma região de face masculina, que se produz por meio das reverberações dos “códigos de masculinidade”, que por sua vez respinga nas mulheres.

À medida que são concedidos direitos as mulheres, essas passam a ocupar cada vez mais lugares que por muito tempo foram intransitáveis, escalando os degraus da vida pública. No entanto, elas ainda encontram inúmeras dificuldades de explorar outros percursos, ou melhor, dizendo, de se afirmarem nesses.

Historicamente, o poder executivo municipal cajazeirense condiciona mais figuras masculinas no poder desde a sua emancipação. A primeira mulher a quebrar essa regra foi Francisca Denise Albuquerque de Oliveira, conhecida por *Doutora Denise*, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), eleita prefeita municipal em 2012, com 53,02%<sup>22</sup> dos votos. Em 2016 ela tenta a reeleição, sem sucesso. A candidatura da Doutora Denise só se concretiza pela impossibilidade do esposo e ex-prefeito Carlos Antônio (eleito por dois mandatos), considerado ficha suja e inelegível pela justiça eleitoral, tendo a candidatura impugnada pelo Tribunal Regional Eleitoral na semana da eleição. Denise se torna prefeita devido às adversidades da política, de interesses e manobra política do seu marido. Fato esse que só aconteceu na história recente do município.

---

<sup>22</sup> Dados do Tribunal Regional Eleitoral – TER/PB.

No Legislativo por sua vez não é muito diferente. Conta com um número reduzido de vozes feminina, apenas em poucos momentos duas mulheres garantiram acento nas cadeiras da câmara ao mesmo tempo. Em 1988 Léa Silva (professora) e Maria do Carmo Ribeiro (enfermeira) reeleitas em 1992. A última faleceu antes da conclusão do segundo mandato. E, no ano de 2000, Léa Silva e Lucieide Valêncio se elegem. Como já mencionado anteriormente, foram poucas as mulheres que conseguiram deixar registrado o seu nome no rol da galeria do poder legislativo de Cajazeiras. Um número inferior a dez parlamentares, incluindo as que chegaram à suplência. Apenas Léa Silva conseguiu a reeleição por mais vezes.

Apesar das relações de força na arena política, das estratégias para se perpetuarem no poder, do modo como às campanhas são conduzidas centradas em uma tradição política herdada, das imposições e resistências, do conservadorismo, como descreve também Silva (2014) quando fala de Maria Dulce, Alba Costa se insere politicamente e consegue chegar a um cargo nunca antes ocupado por mulheres na cidade, a presidência da câmara.

Sendo a parlamentar mais bem votada no ano de 1982, pelo PDS, obtendo 5, 93% do total de votos, foram 991 ao todo, torna-se presidente da câmara entre 1985/86. Nas eleições municipais de 1988 volta a se candidatar, mas não consegue a reeleição, tirando apenas 282 votos, perfazendo um total de 1, 48% do eleitorado. Não desiste e no ano de 1992 volta a disputar uma cadeira no legislativo, porém não mais pelo PDS, partido que ela acompanhava há algum tempo, mas pelo PMDB. Obteve 302 votos, totalizando 1,35% de votos. A época o município contava com 35. 526 eleitores. Desta vez fica na suplência.

Esse resultado negativo nas urnas talvez fora ocasionado devido a redução de capital político ou dada a vitória de Tarcísio Burity a governador do estado pois a mesma era opositora a este, questões essas hipotéticas, dado o emaranhado político local, pois havia uma ala do PDS de caráter conservador e outra mais liberal, como o PMDB obteve um bom resultado nas eleições de 1988 passou a ter na câmara da cidade um maior número de admiradores.

O *santinho* da campanha de 1988 com a chamada “A luta continua” ilustra este texto. Na primeira campanha o *slogan* era “Amiga todo tempo”, fazendo soar e relacionar com o seu modo incessante de trabalhar, traduzindo na sua forma de se portar diante dos microfones e das atividades até então por ela executadas.



Arquivo pessoal: cedido pela filha em 20/11/2017

KOSSOY (1993) nos convida a adentrar com mais afinco sobre o uso das imagens, quando elas dão o pontapé inicial para investigação de um passado e não se encerram em si, visto que a imagem possui uma “realidade própria”, permeada de complexidade, condensam muitas particularidades, sendo também um meio de divulgação, considerado um “poderoso” artifício para passar uma mensagem e assim transformar ou manipular opiniões.

Na imagem, alguns atributos femininos ficam evidentes, como os adornos, o cabelo e sobrancelhas bem delineados condizentes com a moda, roupa chamativa, demonstrando uma mulher com ar eloquente, bem apresentada e confiante.

Essa imagem representou a “realidade” que ela e o seu grupo político queriam passar, “perenizada para o futuro” como escreveu MAUAD (1996). Uma imagem que transpõe a elegância, uma postura altiva, serenidade no olhar, uma postura firme e sorridente. Com conotações parciais, resultante de um “processo de construção de sentido”, pois houve um investimento em sua produção, passando assim, além da linguagem verbal, a não verbal. Essa foi uma forma de comunicação dela para com os eleitores, envolta de “produção simbólica”, considerando o que MAUAD argumenta quando afirma que “a representação final é sempre uma escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis” (p. 7).

Essa e outras imagens dela seguem a mesma lógica fazendo apologia ao seu trabalho enquanto profissional comprometida com o exercício de suas funções, reverberando o seu protagonismo político, as imagens de jornais, de arquivo pessoal da família, as utilizadas na campanha em forma de santinho, na galeria de vereadores, e outras mais, aparece sempre bem vestida, com acessórios femininos, postura elegante e expressiva.

“*A luta continua*”, reverberava a sua vontade de permanecer na carreira política, um verbo em ação presente, chamando as pessoas a depositarem outra vez a confiança em si para que desse continuidade ao trabalho que vinha desenvolvendo.

Emerge politicamente enquanto titular durante a nona legislatura, com participação efetiva em certo sentido, com atuação relevante, incorporando uma postura crítica ao *plano de dominação*, adotando posturas diferentes para desempenhar suas atividades.

Compreendendo que a atuação dela é delineada pela noção de “táticas e estratégias”, tão bem conceituadas pelo historiador e teólogo MICHEL DE CERTEAU (2008) quando analisa essas a partir da percepção de *panóptico* de Foucault em *Vigiar e punir* e do conceito de “espaço *polemológico*” de causas e efeitos, o panóptico corresponde às “estratégias” das instituições quando essas são vigiadas por completa em todo o seu interior, e as “táticas” correspondem às variadas performances da vereadora para se estabelecer em meio às estratégias do espaço. Pois:

Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas *táticas* desviacionistas não obedecem à lei do lugar. Não se definem por este. Sob esse ponto de vista, são tão localizáveis como as *estratégias* tecnocratas (e escriturísticas) que visam criar lugares segundo modelos abstratos. O que distingue estas daquelas são os *tipos de operações* nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar. (CERTEAU, 2008, p. 92)

Uma tenta comandar a outra, a *táticas* e satisfaz quando da ausência de poder e a *estratégia* ao contrário. A primeira aproveita-se de um momento propício para usá-lo a fim de, na oportunidade, criar um poder paralelo. Já a estratégia é encarregada pelo lugar estabelecido. As estratégias tentam manter a regulação e organização do espaço, são mais técnicas e burocráticas, produzem regimentos e tentam condicionar os agentes envolvidos a serem coesos, reprimindo as táticas desviantes quando essas acontecem.

O autor coloca que as “maneiras de fazer” e de “dizer” permitem espaços para modelação de outras práticas que chegam a burlar o que as *estratégias* tentam manter, ainda que os limites sejam volúveis, mas que as táticas aproveitam muito bem o tempo. Alba enquanto “sujeito de poder” utiliza-se tanto da tática quanto da estratégia, processa uma e outra em momentos distintos, tenta disciplinar ao mesmo tempo em que é disciplinada. As estratégias delimitam o tipo de *poder* que as táticas criam, porém não impede que o mesmo aconteça, sendo

[...] necessário ainda precisar a natureza dessas operações por outro prisma, não mais a título da relação que mantêm com um sistema ou uma ordem, mas enquanto há relações de forças definindo as redes onde se inscrevem e delimitam as circunstâncias de quem pode aproveitar-se. (CERTEAU, 2008, p. 97)

Os *usos* e as *ações* dela e dos outros partícipes do parlamento criam uma redefinição de organização além das imposições que lhes são postas, traçando perfis que não são determinados pelo poder disciplinador regido pelas leis internas da instituição da qual fazem parte, “fabricando” modelos próprios que ferem a tecnocracia. Ou seja, seguindo a trilha argumentativa de BOURDIEU (2007) “o trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente *performativa* de nomeação que oriente e estructure as *representações*” (p. 40). Mas, se constrói a partir da parte prática, dos *usos* e *ações* e não se restringe apenas a isso.

Apresentamos algumas vertentes dessas tipologias acima, concernentes aos traços e impressões deixados por Maria Alba C. de Ataíde, configurando de modo espiral toda a sua trajetória política. É pertinente colocar que boa parte dos seus pedidos foram atendidos pelo Poder Executivo estadual, principalmente na área da educação, confirmados quando a mesma agradece pelas reformas de grupos, ou novas construções, nomeações de dirigentes e servidores, concessão de materiais para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, de professores e da remuneração deles, quando, por exemplo, parabenizou “o Governo do Estado pela implantação do décimo terceiro salário aos servidores do Estado”<sup>23</sup>, considerando ser essa uma de suas pautas de atuação. Entre algumas concretudes eis que essas foram bastante solicitadas por ela: construção do “Grupo Escolar José Cartaxo Andriola” no bairro Cristo Rei, “conseguiu a construção do Grupo Escolar José Leite Rolim” no bairro Vila Nova, “Assistência ao estudante pobre com a distribuição sempre constante de material escolar”, essas foram algumas de suas contribuições enquanto parlamentar voltado para educação, como também a “implantação do incentivo do pó de giz”<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Ata da 37ª Sessão, de 28/11/1984, p. 41.

<sup>24</sup> Gratificação de incentivo a permanência dos professores em sala de aula, recebendo outros nomes após revisões, Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e a Gratificação Especial de Atividade Docente (GEAD), assegurado por lei. Na Paraíba, a Associação dos Professores em Licenciatura Plena do Estado (APLP) em 2009 conseguiu a equiparação desse incentivo, garantindo a paridade entre ativos e inativos assegurado pela Constituição Federal de 1988, o valor fixo era de R\$ 40, permitindo um acréscimo de quase 25% na remuneração e de 40% de acordo com a progressão e tempo de serviço do profissional.

Pensando com ALBUQUERQUE JÚNIOR (2013) Alba Costa se *desterritorializa*, se *autoelabora*, se *destradiciona*, produz-se, faz *autorreflexão*, se “fabrica” a cada nova tomada de decisão e lapida a ordem das demandas para obter a sua autonomia.

### **2.3 Das filiações partidárias feitas pela vereadora**

As democracias que são pluripartidárias, no caso do nosso país, são os partidos os responsáveis pela seletiva escolha dos seus candidatos, pela disseminação de ideologias político-partidárias, por mobilizar os eleitores, pelo modo de organizar socialmente a estrutura de governo, e é através dos partidos que se inicia uma carreira propriamente política. Oferecendo subsídios para que os seus filiados “preparados” ou selecionados se sobressaíam politicamente.

É dentro deles que começam as carreiras políticas, é através de seus aparelhos, dos meios que fornecem a seus representantes, do apoio que eles lhes trazem, que se fazem conhecer aqueles que almejam as funções dirigentes, e que se constroem os destinos nacionais. Processo próprio da democracia, e do qual não pode escapar nenhum político de primeira linha, mesmo que suas próprias análises o levem a desconfiar do peso dos aparelhos e de uma estruturação partidária cujo risco é de dividir a entidade nacional. (RÉMOND, 2003, p. 93)

Os historiadores, por muito tempo, debruçaram-se, com veemência, em compreender as “permanências” dos políticos nos seus redutos eleitorais e identificavam a “prática ininterrupta” após análise da longa duração, prática essa que não foi bem compreendida por alguns, dada a “complexidade do fenômeno eleitoral”, e que, portanto, sendo inviável encontrar as circunstâncias para dar conta de atestar uma “causa única” para o problema em questão (RÉMOND, 2003). Assim, explicar as causas da não reeleição de Alba perpassa essa noção de complexidade eleitoral.

O PDS emerge da ala mais conservadora e reacionária da Arena em 1980, e, no processo de abertura política, não apresentava nenhum sintoma de mudança às ideias liberais. José Sarney era o principal nome do ex-partido, tendo sido presidente do então e atual partido naquele momento. Atuante figura durante a ditadura militar, as ideias dele não se afinavam

com as de Paulo Maluf, expressivo porta voz da área fisiológica da nova composição (SILVA, 2010)<sup>25</sup>.

“[...] Mal colocados no partido-base da ditadura em virtude de dificuldades e rivalidades locais [...]” mesmo assim Paulo Maluf lança a sua candidatura a presidência da República chocando-se com a candidatura de Sarney (SILVA, 2010, p. 274).

No Brasil, segundo AVELAR (1989) “até os anos oitenta aponta um maior apoio aos partidos conservadores e de centro por parte das mulheres” (p. 70). Essa assertiva releva que a professora Alba estava atenta ao momento e, que o “apoio mais substantivo dado pelas mulheres ao partido governista no Brasil, o PDS” (p. 70) era instigante. Isso é notório na parlamentar, que defende, com veemência, seus aliados, e se filia a esse mesmo partido por acreditar em suas ideologias. Sobre o debate que se fazia em torno dos movimentos partidários, PHILLIPS diz:

Aqueles envolvidos nos partidos socialistas e social-democratas discutiam ardorosamente sobre a relação entre intelectuais e a classe trabalhadora “autêntica”, alguns achando que uma política socialista deveria privilegiar as vozes e a presença dos trabalhadores, outros que origens ou identidades de classe deviam significar menos que a adesão a idéias socialistas. (PHILLIPS, 2001, p. 274)

Neste cenário e, “após vinte anos de governo autoritário, a campanha eleitoral de 1982 organizou-se em torno de temas relativos ao restabelecimento da democracia e ao pleno funcionamento das instituições legislativas do país” (AVELAR, 1989, p. 72). Não apenas as campanhas eleitorais, mas, sobretudo na forma de funcionamento institucional, a nível nacional e local, é perceptível esse embasamento que se manifesta no poder legislativo cajazeirense.

Ao mesmo tempo que se posiciona uma política da situação, na esfera federal e estadual, tendo como principal referência Wilson Leite Braga (PDS), Alba Costa, no plano local, representa o papel de legisladora e fiscalizadora do poder executivo, quando, por exemplo, cobra do gestor municipal, prefeito Eptácio Leite Rolim, um tratamento digno para melhorar “(...) a situação do funcionalismo público, dizendo a mesma que com a desvalorização do cruzeiro não estaria de acordo com o aumento pago em duas parcelas”<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Ver mais em: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985**. In: O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. - 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>26</sup> 12ª sessão, 04/03/1983, p.170.



Quando vence as eleições para a presidência da Câmara, para o biênio 1985/86, através do apoio da maior parte dos colegas de bancada, após derrotar o concorrente Sinfrônio de Lima, este apoiado pelo prefeito Eptácio Leite Rolim e pelo deputado federal Edme Tavares, “o vereador Francisco Gabriel da Silva disse que a vitória de Alba Costa (foi) é sem sombra de dúvida uma vitória do PDS e do povo a qual os treze vereadores representa”<sup>27</sup>.

Esse momento torna-se um divisor de águas entre o Executivo e o Legislativo, Alba já sinalizava descontentamento com relação às ações do gestor municipal, mas após a eleição da Presidência o rompimento de fato aconteceu, na ânsia de contar com o apoio do mesmo para concorrer o pleito, porém o Prefeito optou por dar suporte ao parlamentar Sinfrônio de Lima.

O vereador, ao reverenciar a importância do partido, reflete a postura organizada pelo grupo, pensado dentro da composição partidária, não somente nesse momento, mas desde o início em que a maioria eleita coligava-se com o mesmo partido. PHILLIPS (2001) diz que a representação adequada é gestada nessas circunstâncias, de uma possível “lealdade política” centrada muito mais em um programa político partidário do que no sujeito político.

## 2.4 Os desdobramentos de ordem política

Nos anos iniciais do seu mandato, Alba Costa mostra-se preocupada com a categoria dos professores, enviando ofício ao Governo do Estado reclamando a “equiparação salarial dos professores de Licenciatura Plena, Lei Nº 4.443” começando pelo “interior” do estado, e a sua fala é no sentido da não valorização desses profissionais que “são marginalizados no que se diz respeito aos seus salários que são mau remunerados” e pede o apoio de todos os vereadores paraibanos nesse sentido.<sup>28</sup>

Como destaca CHARAUDEAU (2011), é pertinente colocar que os discursos políticos não são “ingênuos” carecendo de atenção para o que “ele diz e o que não diz” e é por essa via que os políticos se utilizam para “persuadir” ou “seduzir” as pessoas. Assim, conceituando como *discurso político* ou *palavra política* as práticas sociais que circundam a esfera pública e possui reflexões nas relações de poder que são estabelecidas.

E é por meio da linguagem que se trava os embates discursivos onde tudo ou nada é possível, das promessas, dos debates infundados, da manipulação, ameaças, trocas de farpas e

---

<sup>27</sup> 1ª sessão, 02/02/1985, p. 43.

<sup>28</sup> 17ª sessão, 18/03/1983.

outros meios, fazendo com que se permita a legitimidade por meio da formação de opiniões. A linguagem e a ação compõem-se da interação social, a primeira trata de um indivíduo que só se “define em relação ao outro”, através de sua ação sobre o outro, mas percebendo as intencionalidades e os seus efeitos. Considerando que toda forma de linguagem é permeada de “relações de forças” partindo do pressuposto que existem as relações de alteridade, de influência e regulação dos sujeitos no meio social. Já a ação, é o espaço propriamente onde o “poder de agir” de “uma política que se diz soberana e uma instância cidadã” operam (CHARAUDEAU, 2011).

Todavia, ao fazer uma inflexão entre a sua fala e o que se elabora dentro do que se convencionou chamar de “campo político” é notório vislumbrar que o seu posicionamento é estratégico, é o que Charaudeau chama de “símbolo de identificação”, o que aproxima a sua subjetividade ao “personagem” que por vezes a mesma se refaz para defender aquilo que lhe convém, a si ou ao seu grupo, apoiando uma causa que parte dela e de todos aqueles com os quais se identifica. “E é também no interior e em referência a tais discursos que elas e eles constroem suas práticas sociais, assumindo, transformando ou rejeitando as representações que lhes são propostas”. (LOURO, 2011, p. 478).

As práticas sociais e ocupações diversas de homens e mulheres denotam sentido e fazem parte de suas subjetividades, e as instituições são constituídas por “relações sociais de poder” engendradas na esfera social e os atores sociais que fazem parte do mesmo também são atingidos pelos “efeitos do poder”, ainda que dele seja agente (LOURO, 2011). No entanto, atestando o que possibilita a compreensão entre aquele que tem “o poder de fala e aquele que passa a interpretá-lo”, na premissa de que aquele “ser congelado em um momento de verdade” não é um sujeito uni, mas pluri, de várias identidades. Ao mesmo tempo em que sai em defesa da categoria dos professores, pede apoio dos seus colegas de bancada para lutar por tal propósito.

Essa ideia apresenta-se melhor explicitada quando Alba Costa argumenta que “Todos os funcionários da câmara devem dar os seus expedientes e que devem receber um bom salário”,<sup>29</sup> partindo do pressuposto que o trabalhador bem remunerado presta relevantes serviços tanto no âmbito educacional como em outras repartições, inclusive a do lugar de fala dela, perpassando a ideologia do partido.

Neste contexto é pertinente considerar também que antes a mulher era entendida como sendo portadora de uma única identidade e que, com o desenvolvimento dos estudos

---

<sup>29</sup> 25ª sessão, 11/04/1983, p. 185.

feministas e das teorias de gênero, essa versão passou a ser a questionada, pois, “cada mulher pode reivindicar uma multiplicidade de identidades, cada uma das quais podendo associá-la a diferentes tipos de experiência compartilhada”. (PHILLIPS, 2001, p. 276).

“As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta” afirma BAUMAN (2005, p. 19), considerando as identidades como “fluidas”, nos levando a construir uma compreensão da parlamentar a partir dessa premissa. O cotidiano vivenciado por Alba Costa denotava posicionamentos constantes e inconstantes.

Alba não deixa de lado a sua individualidade, porém mantém a sua subjetividade com os elementos e traços que compõem a sua personalidade. Isso perfaz o perfil não somente dela, mas de todos os agentes sociais, pois, segundo PERROT (2008), os homens e mulheres vivem as rupturas e os desdobramentos da história no geral, salientando que há uma redefinição histórica no quesito espaço ocupado pelas mulheres.

Ciente dessas condições, ao conceder voto de aplauso à senhora Altina Izidro, vitoriosa nas eleições para a presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cajazeiras, Alba disse:

É a vitória da mulher cajazeirense que além dos seus afazeres domésticos contribui sobremaneira para o desenvolvimento de nossa cidade. Nós mulheres Cajazeirenses estamos solidárias à luta empreendida pela Sra. Altina pela melhoria das condições de vida do homem do campo tão afeito as misérias que atingem a maioria da população pobre deste país. Juntas, dando aqui e ali nossa parcela, lado a lado, com os homens estaremos unidas para a melhoria de nossa população carente. (Requerimento SN/87 em 13 de Abril de 1987).

Sua fala deixa transparecer a percepção de que as mulheres buscam conciliar as atividades, dividindo-se entre o público e o privado, na tentativa de melhorar as condições sociais em que vivem, unidas, com propósitos e objetivos de darem a sua contribuição, caminhando ao lado deles para um fim comum.

O *Jornal Atuação*<sup>30</sup> traz a seguinte manchete “Vereadora reivindica do Secretário de Segurança Pública, imediata instalação de uma Delegacia da Mulher”, questão essa rotineira em seus discursos. Durante várias sessões esse assunto ganhou destaque. O jornal registra:

---

<sup>30</sup> Criado pelo Presidente da Câmara Raimundo Júnior (no biênio 1987/88) com a finalidade de informar aos munícipes e a imprensa local o andamento dos trabalhos naquele recinto.

Por ocasião da vinda do Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, Antonio Toscano, onde esteve debatendo com os edís cajazeirenses, imprensa e comunidade em geral, problemas atinentes a sua pasta, como também as precárias condições de funcionamento das duas delegacias de Cajazeiras, a vereadora Alba Costa entregou-lhe um documento reivindicatório, no qual solicitava a imediata instalação de uma delegacia da mulher, bem como os constrangimentos físicos e morais que são submetidas e que a mesma toma conhecimento através de sua participação na Comissão dos Direitos da Mulher, são constantes. Ainda no documento entregue ao Secretário de Segurança Pública, a vereadora Alba Costa fez ver a importância de um Juizado de Pequenas Causas, em nossa cidade, tendo em vista ser grande o número de delitos como roubos, furtos e espancamentos na região. (Jornal Atuação, 1987, p. 3)

Assim como outras fontes históricas, o jornal não está desprovido de neutralidade ou de imparcialidade, mas que deve ser entendido dentro de um contexto e de uma historicidade envolta, para não se perder a dimensão dele enquanto suporte para pesquisas. No entanto, a veiculação da notícia não destoia da realidade dos fatos, porque era recorrente a parlamentar tratar dessa causa.

Ao tratar dos periódicos sejam de circulação nacional, estadual, regional ou local, o historiador deve atentar para os meios e fins a que se propõe, citando Cruz e Peixoto, o autor se posiciona da seguinte forma:

O historiador deve estabelecer uma postura crítica frente ao documento jornalístico, e como ponto de partida reconhecer sua inserção histórica como força ativa na vida moderna. A imprensa, segundo elas, deve ser entendida como linguagem e prática constitutiva do social, que com sua própria historicidade e peculiaridades próprias, modelam as formas de pensar e agir, definem papéis sociais, generalizam posições e interpretações que pretendem ser compartilhadas e universais, além de delimitar espaços, demarcar temas e mobilizar opiniões. (LEITE, 2015, p. 6)<sup>31</sup>

Alba Costa se relacionava muito bem com os meios de comunicação local e regional. Os seus pronunciamentos referentes às emissoras de rádio eram constantes. Havia momentos de prós e contra. Frequentemente outorgava votos de aplausos ou tecia elogios a jornalistas ou

---

<sup>31</sup>O autor traça uma cartografia sobre o uso dos jornais como fonte histórica, mapeando teoricamente como a pesquisa por meio dessa fonte foi sendo ampliada. LEITE, Carlos Henrique Ferreira. O uso dos jornais para o conhecimento histórico: teoria e metodologia. Apresentado no II Congresso Internacional de História UEPG – UNICENTRO. Disponível em: [http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1435718521\\_ARQUIVO\\_TextoFinal\\_CarlosHenriqueFerreiraLeite\\_UEPG\\_2015.pdf](http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1435718521_ARQUIVO_TextoFinal_CarlosHenriqueFerreiraLeite_UEPG_2015.pdf). Acesso: 22/11/2017 as 22:30.

programas de sua preferência. Reportava-se com mais desdém quando esses cobravam dos vereadores de sua base aliada.

Enquanto pessoa pública vai ganhando terreno aos poucos, ampliando a simpatia e o apoio dos seus colegas de bancada, da imprensa, e de parte da população. Recebeu, em João Pessoa, o “Diploma de Honra ao Mérito”, concedido pela Federação das Mulheres Paraibanas “pela sua valorosa contribuição para obtenção da igualdade de direitos entre homens e mulheres, o desenvolvimento e a paz”, no encerramento da Década da Mulher. Em Cajazeiras recebeu o “Certificado da AUC – Associação Universitária de Cajazeiras” na condição de colaboradora em reconhecimento a sua dedicação e apoio aos universitários cajazeirenses. A imprensa e a Associação Comercial da cidade lhes confere o “Título de Revelação Jovem na Política” em 1982. Convites para ser madrinha de turmas concluintes e outras deferências caracterizam o seu envolvimento com a sociedade.

Suas ações eram voltadas não somente ao profissional em educação, mais de todo aparelhamento burocrático e didático que faz parte desse sistema. Inúmeros foram seus pedidos de construção e reforma de grupos escolares mais precisamente da zona rural do município, solicitação de transportes, merenda, de fardamentos para os estudantes, equipamentos para manter o funcionamento de escolas. Assim, certa feita, se pronunciou, solicitando o envio de ofício a Ministra da Educação, Professora Ester de Figueiredo Ferraz, solicitando a recuperação de 24 grupos existentes no município e zona rural deste município.”<sup>32</sup>, justificando que:

A educação, meta primordial de uma boa administração, muitas vezes é relegada a segundo plano. Por isso, nada mais justo que nós Vereadores, estarmos sempre alerta e procurarmos, na medida do possível mostrar ao Poder Executivo o quanto faz-se necessário cuidar do setor educacional. Afinal de contas nossa missão é sermos porta-vozes dos problemas da comunidade junto ao governo municipal. Se cada um de nós nos comprometermos, em colaborar, com uma parcela mínima, seja de qualquer forma, diminuiríamos muito os problemas educacionais do nosso país que é um dos mais graves. (Requerimento SN/84 em 26/09/1984).

Era bastante atuante, sempre se posicionava em meios às problemáticas sociais da cidade e do país. Sempre marcava presença nas sessões. Apenas uma ausência em 1983 e pouquíssimas em 1984, e quando havia intercorrências, justificava. Era sempre convidada para eventos, reuniões, debates, festas sociais, etc. Com exceção de 1986, ano de campanha

---

<sup>32</sup> 09/03/1983.

eleitoral, foram dez sessões declaratórias no final de outubro e início de novembro por não haver “quórum legal”. Situação que Alba Costa “achava um desrespeito o vereador faltar cinco sessões consecutivas”.<sup>33</sup>

Conclamava sempre as mulheres para se fazerem presente nas sessões, para que, juntamente com ela, lutassem em prol das lutas femininas, para observar os trabalhos em andamento naquela casa legislativa, para reivindicar melhorias e tratar de assuntos pertinentes, se colocando “a disposição de Telma Cartaxo” uma artista plástica que era responsável pelo setor de artes na cidade, e “para qualquer incentivo aos artistas locais”<sup>34</sup>.

Outra preocupação era com a organização dos documentos, com o andamento dos trabalhos, pedindo que “os funcionários desta casa não entregue documentos a pessoas estranhas, sem a autorização da Presidência”<sup>35</sup> dada a sua responsabilidade com o trato pelas coisas públicas, uma postura ética e profissional bem apurada.

Ao mesmo tempo que buscava se articular com políticos do alto escalão, deixando claro o seu posicionamento, “estava muito insatisfeita com o Deputado Antônio Querino por não recebê-la bem, nem dá ouvidos as reclamações dos vereadores. Lamentou a vereadora a dificuldade dos vereadores em falar com o governador quando veio a Cajazeiras” e caso o deputado não respondesse as suas reivindicações, “irá votar contra o mesmo” porque estava se sentindo “escanteada” por ele, afirmando categoricamente como se dava a sua atuação e articulação política<sup>36</sup>. Posição que é corroborada por Phillips,

O papel dos políticos é levar uma mensagem. As mensagens vão variar, mas isso dificilmente importa, se os mensageiros são os mesmos. (Aqueles que acreditam que os homens têm monopólio das habilidades políticas de articular políticas e ideias não se surpreenderão com o fato de que, na maior parte, os mensageiros sejam homens). (PHILLIPS, 2001, p. 273).

Por vezes a mensagem dela era “curta e grossa” como se diz no adágio popular, sem rodeios, simples e direta. Podendo ser visualizado a partir da sua fala a secretaria de educação: “Com prazer comunico a V. Sa. Que atenda solicitação minha o Senhor Prefeito Municipal denominou de Professora F<sup>ca</sup> Zélia Ribeiro, bem como do saudoso Monsenhor Vicente de Freitas duas salas do Grupo Escolar localizado no Bairro do Cristo Rei, desta cidade”<sup>37</sup>.

<sup>33</sup> 21ª sessão, 24/10//1984, p. 22.

<sup>34</sup> 10ª sessão, 26/09/84, p. 6.

<sup>35</sup> 27ª, 09/11/1984, p. 29.

<sup>36</sup> 7ª sessão, 19/09/1984, p. 2.

<sup>37</sup> Requerimento SN/88, Ofício N°40/88, 20/09/1988.

Conduzia cada questão de forma minuciosa, atentando para que cada coisa estivesse no seu devido lugar, incitando a separação do público e privado no parlamento, no que diz respeito a apropriação de bens públicos ou misturar tarefas de cunho particular as atividades proponentes, mantendo uma postura de parlamentar organizada e cuidadosa.

Os assuntos abordados nesta casa devem ser relacionados (com o povo) a o par) ao povo e não a problemas pessoais de alguns vereadores. Disse a Vereadora, que a imprensa vem divulgando fatos acontecidos nesta casa, e que segundo a Vereadora são fatos passados e que não corresponde nenhum respaldo da população.<sup>38</sup>

Ela se coloca dessa forma porque alguns vereadores utilizavam a tribuna para relatar questões que não diziam respeito aos interesses da população e muito menos as questões relacionadas ao Legislativo. Esses assuntos estavam tomando outra dimensão, pois alguns não tinham o mínimo cuidado ao fazer o uso da palavra, aja vista serem eles fiscalizados por muitos, inclusive pela imprensa. Quando ela fala imprensa não quer dizer que seja todos no geral, mas um canal ao qual ela não quis se reportar nessa situação, mais que em outra fala ela aponta qual emissora e qual o jornalista que criticava os trabalhos deles.

Alba Costa de Ataíde tomou a palavra e disse que o jornalista Fernando Caldeira só comparecia a Câmara Municipal quando havia briga entre os vereadores e como todos se recordam este jornalista passou muito tempo, criticando e perseguindo a Câmara Municipal.<sup>39</sup>

É pertinente atentar para as generalizações que as vezes não são generalizações, como CHARAUDEAU (2011) chama atenção para que as percepções daquele que analisa os discursos não tomem a palavra pela palavra, e que as palavras “não devem ser entendida ao pé dá letra”.

Diferentemente do que acontece na maioria das vezes, quando os políticos não se antecipam, ela não espera as demandas, porque tem consciência do seu papel. Esclarecendo em algumas sessões que estava ali para representar a população, para buscar melhorias, criar leis para que o município crescesse conforme a regulamentação estabelecida, para manter-se em dia com as documentações exigidas a outras esferas de poder.

---

<sup>38</sup> 27ª sessão, 09/11/1984, p. 30.

<sup>39</sup> Livro de Atas, 20ª sessão em 21/10/1985, p. 119.

Com isso não queremos dizer que ela se encontra no panteão ou no ápice posto aos heróis, mas que ela não se vitimiza, buscando caminhos para dirimir as desigualdades sejam na política, no social ou econômico. Apresentando a sua forma de trabalho, a condução das tarefas, suas *táticas* e *estratégias* e mostrando que a sua carreira política homogeneizava com as práticas em torno da educação.



## Capítulo III

### De Gestora educacional a Presidente do Legislativo

O principal objetivo deste capítulo é problematizar a forma como Alba ocupa o posto de presidente da Câmara, como a mesma se afirma diante das resistências e “cultura política” vigente e as justificativas do porque ela está ali naquele lugar, considerando os “micro poderes” que agiam na tentativa de “controlar a mulher”, e os reflexos de tudo isso para a política da cidade.

#### 3.1 A presidente

Alguns pesquisadores ou sites de notícias colocam Alba Costa como a primeira vereadora da cidade, devido a ausência de documentação comprovando a existência de outras vereadoras que lhe antecederam. Fato justificado, inclusive, através do informativo da Câmara que devido o péssimo estado em que se encontravam os documentos, foram incinerados, pois seria inviável mantê-los arquivados sem a mínima condição para leitura, quando a Câmara passa a ter a sua sede no ano de 1955. Portanto, os registros são datados a partir daí até os dias atuais, o que tem passado por mudança. No ano de 2017 o arquivo que antes tinha seu espaço físico na mesma instituição passa a ter um outro endereço, próximo ao “Tênis Clube”, iniciando o processo de digitalização e os novos documentos que são confeccionados são arquivados não fisicamente, mas dentro dos padrões tecnológicos. Portanto, atribui-se a ela o posto de primeira vereadora, mas que é sabido que outras lhe antecederam. Ao pesquisador resta a dificuldade de escrever a história do Legislativo cajazeirense antes de 1955 por meio de registros escritos. Todavia é possível via oral.

O que representa a presença de Alba Costa na presidência da câmara? Refletindo até que ponto sua presença ali interferiu nas pretensões almejadas pelo partido para uma devida finalidade? O que as questões de gênero sinalizavam? Como os sujeitos políticos se comportaram frente as suas escolhas? Esses e outros questionamentos serão respondidos ao longo das linhas que seguem.

Ela não chega a esse cargo sozinha, mais, “invocando a proteção de Deus para os trabalhos”. Ocupa esse cargo quando as mulheres encontravam-se em posição desvantajosa no cenário público. Ainda que a década de 1980 tenha representado um avanço significativo de grupos marginalizados, com o debate em torno dos movimentos sociais, então:

Depois das eleições gerais de 1982, quando, pela primeira vez, desde o golpe militar, se elegeram governadores estaduais, a questão da mulher teve espaço nos discursos eleitorais e nos programas de governo. Os governos estaduais eleitos criaram as primeiras políticas públicas específicas para a população feminina, como os Conselhos dos Direitos da Mulher e as Delegacias Especializadas. Diversos partidos criaram, ainda, Departamentos ou Comissões de Mulheres, buscando incorporá-las, mais efetivamente, nas estruturas partidárias, e incluindo reivindicações feministas em seus programas. (RABAY E CARVALHO, 2011, p. 88)

É sob essas condições que Maria Alba Costa emerge politicamente e solidifica essa ideia a partir do momento em que busca incessantemente para que a cidade tenha uma Delegacia Especializada para as Mulheres e assim segue reivindicando melhores condições para as mulheres cajazeirenses.

Assume o cargo mais importante do Legislativo municipal, “sob as bênçãos de Deus e da democracia”, reelaborando suas práticas e se reinventando a partir de suas convicções cristã e confiante na democracia que acabara de se reestruturar pós-regime militar, ainda com resquícios do período, com “absoluta harmonia Alba Costa chegou a presidência desta Casa” (p. 43) afirmou um companheiro de bancada.

Ela “chegou” assim a presidência, porém não permaneceu nesse estado de paz, “harmonia”. Os meses que se seguiram foram de muitas incertezas para ela, pois assumir a presidência em meio às resistências não foi nada fácil. Encontrou ao longo do percurso muitos empecilhos, questões não resolvidas em outros pleitos, mais que foram sendo encaminhadas.

Momentos de tensão, discursos acalorados, até porque ainda estava em ebulição o resultado favorável a ela da eleição da câmara. Aos poucos as coisas foram sendo posicionadas em meio as contradições de opiniões. Ela foi se impondo enquanto presidente, e a cada sessão as demandas deslocavam outros posicionamentos, as sessões ocorriam com mais frequência, de duas a três vezes por semana, assim facilitava mudar o foco quando apresentava-se mais requerimentos ou mantinha-se quando da ausência de trabalho relativo as funções pertinentes ao Legislativo. Quando isso acontecia tinha-se mais espaço para tocar a ferida do outro

O Jornal *A União* estampa nas suas páginas uma matéria sobre o trabalho desenvolvido por ela, no mês de aniversário da cidade, com o título “Cajazeiras: Jovem e feminina” e o corpo do texto segue:

Uma Cajazeiras feminina. Nesta terra heróica, homens e mulheres traçaram suas vidas e definiram seus destinos. Com esse sentimento, a vereadora Maria Alba Costa de Ataíde, presidente da Câmara Municipal, dedica seu carinho a esta cidade que nasce jovem e mulher. Vencendo preconceitos, Alba Costa emprestou a Câmara Municipal uma versão moderna de Legislativo, através da implantação da reforma administrativa, com a discussão e elaboração do Estatuto dos Servidores, que virá racionalizar o quadro de empregados, erradicando vícios seculares de empreguismo e resgatando a moralidade e a decência que sempre caracterizaram este poder. Com seriedade e trabalho a Câmara Municipal de Cajazeiras aprovou e registrou em Livro o seu Novo Regimento, numa tarefa que exigiu de todos dedicação e desprendimento. Hoje, distorções estão sendo corrigidas e o Poder Legislativo cajazeirense traz impresso o signo de probidade. Esse Legislativo é o melhor presente para Cajazeiras, em mais um aniversário”. (A união, 23 de agosto de 1986)

As linhas acima deduzem um pouco o perfil da administração dela a frente do Legislativo, soa um pouco contraditório a relação entre a matéria e o que de fato ocorreu pós-eleição da presidência, dado um tumulto no recinto e foi questionada a ordem, ela respondeu que “era mulher e iria mostrar raça”. A sua vitória acirrou a rivalidade entre o Poder Executivo e o Legislativo. Os ânimos se exaltaram em vários momentos no início de seu mandato.

Quando o *Jornal* redige “a esta cidade que nasce jovem e mulher” nos faz pensar que a mesma é ou sempre foi eivada em uma tradição “matriarcal” ou algo parecido, talvez pelo fato do “mito fundador” da cidade via sua “fundadora”, a mãe do Padre Inácio Rolim, “Mãe Aninha” tendo recebido de dotes as terras que fez crescer no seu entorno o povoado do que viria a ser Cajazeiras. Embora muitos não reconhecem ela como a fundadora, até mesmo a historiografia local e a oralidade, e sim a figura do padre.

Na verdade, tanto no Executivo quanto no Legislativo existe uma forte tradição masculina que perpassa essa lógica. Identifica-se uma contradição entre a matéria e os destinos que a história traçou para os homens e mulheres cajazeirenses. Denotando que as atividades da parlamentar perpassava a noção de extensão de suas atividades familiares, denotando a forma como passa a organizar as dependências internas da “Casa”, ao adquirir objetos para equipá-la, soando um prolongamento das questões de feminilidade.

Alba sempre deixou claro as suas convicções religiosas e políticas, não se esquivando de apresentar sua personalidade singular, sem se preocupar com o resultado de suas crenças para os seus projetos ou para a coletividade.

No ano seguinte, o jornal *Correio da Paraíba* apresenta uma manchete parecida, com o título “uma postura modernizadora”, com muitas adjetivações a ela enquanto personagem principal.

Cada vez mais a mulher se integra como força participante em todas as áreas. Em Cajazeiras, na Casa Otacílio Jurema, a vereadora Maria Alba Costa de Ataíde, assumiu a presidência da Câmara Municipal, vencendo preconceitos, e demonstrando muita competência, trabalho e dedicação.

O Poder Legislativo cajazeirense assumiu uma postura de modernização, engajando-se também em campanhas e projetos, que resultassem em benefícios para o povo, resgatando o passado de lutas, da Casa Otacílio Jurema, em defesa dos mais legítimos anseios populares.

Com uma visão progressista, Alba Costa lutou para a implantação da reforma administrativa, que resultou na elaboração do Estatuto dos Servidores e do Novo Regimento da Câmara Municipal de Cajazeiras.

São realizações da gestão da vereadora Maria Alba Costa de Ataíde, a frente do Legislativo Municipal:

: Tornou a Câmara independente do poder Executivo;

: Criou o quadro de funcionários;

: Fez a divisão do Plenário com a galeria;

São aquisições da atual gestão:

: 01 Sistema de Som;

: 01 Máquina de Calcular Portátil;

: 02 Microfones;

: 03 mesas para telefone;

: 01 Crucifixo de Madeira;

: 05 Ventiladores de Teto;

: 01 Máquina Datilográfica;

: 12 Plaquetas indicativas – (acrílica)

: 01 Placa de Bronze, com a relação nominal dos vereadores;” (Correio, 1987, p. 14)

Fazendo o comparativo entre as matérias veiculadas em momentos distintos, fica evidente a colocação do *status* de instituição moderna ou que se propõe a ser moderna. É notório o empenho da mesma em realizar atividades em prol de uma nova reconfiguração do local de sua atuação. Ela coloca em prática aquilo que reivindicava antes de se posicionar no ponto mais alto do exercício do poder, são conquistas significativas e resultam na competência, responsabilidade e *astúcias* dela frente a articulação política.

CASTELLS (2008) vai dizer que nem sempre o espaço midiático está para alimentar interesses de grupos dominantes ou de partidos políticos mesmo quando esses já são bem

estruturados e se utilizam desse meio apenas para aperfeiçoar ou melhorar a imagem que quer disseminar, uma vez que a mídia também pelo poder informativo apresenta as discrepâncias do poder, os corruptos e corruptores. Pois, os meios informacionais não estão apenas para mostrar o lado bom da coisa, mais por razões de interesses variados, burlam a forma como são controlados as questões mais restritas da política. O autor coloca:

*Afirmo que a política do escândalo é uma das opções entre as armas para embates e competições no campo da política informacional. Tal argumentação pode ser sustentada nos seguintes termos. A política tem sido, de maneira geral, inserida no espaço da mídia. (CASTELLS, 2008, p. 395)*

A segunda matéria especifica os itens por ela conseguidos, uns mais substanciais e outros nem tanto, porém que representou um avanço naquele momento, caracterizando em uma nova roupagem para a instituição. No entanto, o que os jornais apresentam são reflexos de uma ideia propagada pelo partido ao qual ela fazia parte. O PDS tentava apagar a mancha de partido que representava o atraso, de partido que fora o responsável pelo golpe militar, a mácula de conservador deveria ficar pra trás, evidenciando a ideia de moderno. Seu grupo revelava-se satisfeito em “usar” uma figura feminina para sedimentar a nova ideologia proposta por este em uma nova conjuntura política no país.

Ela chega à presidência também pela via dos desdobramentos de lutas políticas das mulheres, de lutas de movimentos na cidade como o “Sertão Mulher”, grupo de mulheres que discutiam suas questões na década de 1980, pela utilização de suas conquistas em outros setores como “barganha” política, já que foi gestora educacional por muito tempo antes de exercer o mandato. E, portanto, a projeção dela na presidência é reflexo do contexto em que estava inserida.

Os ânimos estiveram bastante acirrados no início da presidência, mesmo sendo membro da maioria da bancada, as questões de gênero ficavam evidentes. Vários momentos de animosidade ocorreram. Foi acusada de perseguição quando do remanejamento de uma funcionária da Câmara, a mesma se colocou da seguinte forma:

“[...] Pelo fato de ter devolvido a funcionária a Secretaria de Educação, a mesma disse que sua moral fora abatida, levando-a tomar tal decisão [...]”<sup>40</sup>. Em contrapartida, o vereador Edmilson Feitosa afirmou que a “funcionária não queria atender as ordens da presidência”, acusada por uns e defendida por outros.

---

<sup>40</sup> 14ª sessão, 11/03/1985, p. 73.

Alba Costa acusava o Prefeito do não cumprimento de suas atividades, externando um encontro entre eles ocorrido em um hospital da cidade. A mesma narrou as falas daquele embate, durante a vigésima primeira sessão, dizendo que ele:

[...] chegando a criar um clima de desentendimento do poder executivo e o legislativo, e destacou uma consequência desse desentendimento, quando em contato com o prefeito o mesmo havia dito por que não veio a sessão especial em Homenagem a Mulher por que temia (que ataque) que puxasse arma no recinto da casa. [...] Adiantou a Vereadora, que existe vereadores que estão levando conversas surgidas quando nos debates, acirrados, para o Prefeito, surgindo assim esse clima que tanto pode prejudicar o poder executivo como também o poder Legislativo”<sup>41</sup>

Assim, o poder estava sendo disputado ferrenhamente, farpas sobre farpas, utilizando-se até mesmo do expediente da violência, das palavras agressivas e atritos entre poderes. Diante do exposto, CASTELLS (2008) nos remete uma reflexão sobre poder, este não mais eivado nas instituições estatais, sistemas organizados de controle ou meios simbólicos, mas que está intimamente ligado a riqueza global, ao poder, as informações e imagens que se transformam geometricamente e geograficamente, não sendo diluído, fácil de ser identificado e disseminável, e que por sua vez continua a governar a sociedade, molda os sujeitos e atua sobre esses, então:

A nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens de representação em torno das quais as sociedades organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem o seu comportamento. Este poder encontra-se na mente das pessoas” (CASTELLS, 2008, p. 423)

Uma ideia atual mais que faz sentido nas mais diversas circunstâncias quando se pensa o poder. O autor analisa o conceito de poder ao se reportar a “Era da Informação”, no entanto é cabível colocar que o poder ou poderes que gestavam as relações na “Casa Otacílio Jurema” personificavam a condução das atividades de Alba, o seu modo de agir politicamente era organizado assim. Diziam os da ala que a mesma fazia parte que ela foi candidata “contra todo um poder corrupto e conseguiu derrotá-lo” (21<sup>a</sup>, 08/04/1985, p. 83), mesmo os doze vereadores sendo situacionistas e apenas um opositor, nesse momento é perceptível um rompimento entre o grupo, pois segundo Edmilson Feitosa:

---

<sup>41</sup> 08/04/1985, p. 81.

[...]Tinha tomado conhecimento, que (em) vereadores do PDS 1, estaria decidido que enquanto a vereadora Alba Costa for presidente desta casa, seus trabalhos serão boicotados. Disse ainda o vereador que esse jogo sujo ocorre porque o esquema do Prefeito foi derrotado pela ala que a vereadora Alba Costa pertence; fato que se tornou humilhante para o Prefeito.<sup>42</sup>

As circunstâncias vivenciadas naquele espaço ditavam o andamento dos trabalhos, a ela voto de desagravo, críticas em jornais e emissoras de rádio, apoio de poucos, rompimento entre membros do mesmo grupo político, um período complicado e de muitas incertezas.

BENJAMIN (2016) coloca até que ponto determinados comportamentos corresponde(m) a ato(s) de violência, pois:

Um tal comportamento será designado de violento quando for assumido de forma ativa, sempre que exercer um direito que lhe assiste com vista a derrubar a ordem jurídica pela qual tal direito lhe foi outorgado; se for um comportamento passivo, poderá igualmente ser designado assim sempre que se trate de chantagem, no sentido da reflexão proposta antes. (BENJAMIN, 2016, P. 64).

Segundo ele, é através da linguagem e das relações estabelecidas entre os seres que se cria o que ele chama de *fantasmagoria*, aquilo que parece ser, mas que não corresponde a realidade dos fatos em sua essência. Portanto, a compreensão dessas “fantasmagorias” presentes no recinto da Casa Otacílio Jurema perpassa as relações de dominação e subordinação a fim de perceber como os direitos ditos “iguais” são contraditórios e prejudiciais quando colocados em xeque as divisões de poder, pensando o quanto o discurso é forte para delimitar fronteiras.

De todo modo, a reflexão sobre violência/poder feita por BENJAMIN mediante o grau de julgamento a partir da crítica da razão, permite-nos compreender enquanto violento aquilo que fere ou viola as relações éticas. Para ele violência e poder possuem historicidade “reconhecida”.

Para manter a organização do trabalho e se impor frente as eventualidades que não estavam programadas, ela pedia a colaboração e o apoio de todos os colegas, atentava para que os mesmos facilitassem o trabalho dos secretários da Câmara, quando no momento antes do expediente colocassem seus requerimentos ou documentos para o protocolo do dia.

---

<sup>42</sup> 26ª sessão, 18/04/1985, p. 86.

As relações de “poder e saber” estavam imbricadas nos desdobramentos dos trabalhos legislativos e na postura adotada por Alba em cada momento, seus discursos soam a firmeza e o comprometimento com espaço público.

Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em redação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. (FOUCAULT, 1987, p. 31)

Portanto, esses argumentos permitem entender a trajetória da vereadora que legislou por seis anos, como as relações de poder e saber a que estava ligada não resultava de uma bolha a qual a mesma estava envolta, mas do contexto de lutas e desafios de tal participação política.

Talvez para aliviar-se um pouco do fardo, ela solicita licença médica por 120 dias para tratamento de saúde, no início de novembro de 1985, próximo ao recesso natalino. Pós-licença, ela é recebida com mais cortesia pelos seus pares.

Em contrapartida, “esperava que não houvesse mais licença, já que notava na fisionomia dos vereadores um bom aspecto”<sup>43</sup>. Ou seja, ela previa algo inevitável ou quase, mais essa fala seria mais no sentido de que as dispensas médicas eram algo frequente, então para prosseguir com os trabalhos a presença de todos era essencial. Outro fator que causava problema era o horário do expediente, alguns chegavam com muito atraso, outros faltosos. *“Sobre atritos em decorrência do horário regimental, disse a Sra. Presidente que confiava que tudo iria transcorrer normalmente e em paz, de hoje em diante deverão todos chegarem dentro do prazo do horário regimental, enfatizou a Presidente”*.<sup>44</sup>

Conseqüentemente, as relações de poder de “interesses” dela e dos “desinteressados” perpassa a noção de “corpo político” tão bem analisado por Foucault quando discorre acerca dos micropoderes.

Não seria o estudo de um Estado tomado como um “corpo” (com seus elementos, seus recursos e suas forças) mas não seria tampouco o estudo do corpo e do que lhe está conexo tomados como um pequeno Estado.

<sup>43</sup>20ª sessão, 03/04/1986, p. 164.

<sup>44</sup> 14ª sessão, 02/10/1986, p. 199.



Trataríamos aí do “corpo político” como conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber. (FOUCAULT, 1987, p. 31 e 32)

Tal analogia sintetiza as nuances de um estado maior que seria a instituição Casa Legislativa e o estado menor, aqueles “corpos” que orbitam sob o primeiro. Sempre se impondo perante as problemáticas que surgem dado a junção de um grupo de pessoas que pensam diferentemente e possuem objetivos diversos, pessoas que se comportam diante da coisa pública com desdém, pessoas que pensam o público enquanto público e que atribui a isso um grau de responsabilidade merecido, e assim por diante.

De fato ela remodelou o Poder Legislativo da cidade, com notoriedade. Colocou em prática as regulamentações regimentais para que os trabalhos burocráticos inerentes aquele espaço dessem conta do teor documental necessário para as práticas de poder, para que este se equiparasse as câmaras de municípios de grande porte, bem como os resultados de ações daqueles que o compunha, de fato fizesse cumprir a vital função de uma câmara e não operar de qualquer forma.

Como já citado anteriormente, a trajetória dela é organizada pelas vivências pessoais e coletivas. Nos seus discursos afirmava que sua vida pública traduzia em almejar o bem comum, porém levando em conta os seus valores.



Créditos da imagem: Sibelle F. de Farias. (29/09/2014)

Imagem que se encontra no interior da Câmara, homenagem aos ex-presidentes até o ano de 2008. Houve uma nova reforma atualmente e novas imagens foram colocadas, dessa vez no *hall* de entrada, fotos individuais e ela em destaque, a primeira da fila, dando a conotação que as damas vem primeiro.



Créditos da imagem: Sibelle F. de Farias. (20/11/2017)

Registradas em momentos distintos, mais reforçando a ideia de uma instituição que pensa na figura feminina e que, no entanto, não se tem registro de outras mulheres presidente, a centralidade de figuras masculinas perfaz o perfil do Legislativo cajazeirense.

Na primeira sessão do ano de 1987, após dez sessões declaratórias em função do período eleitoral entre outubro e novembro do ano anterior, ela faz o uso da palavra para pedir paz, dizendo “Já ter passado as eleições da câmara o que fazer-se agora era que todos esquecessem as divergências os rancores e sem revanchismo continuar a trabalhar e a progredir para o bem da comunidade”.<sup>45</sup>

Com seu espírito apaziguador tentava acalmar os ânimos exaltados, atenuando as querelas entre eles, mostrando que tais condições não encaminhavam os trabalhos, apenas prejudicava-os. Portanto a saída para evitar desafetos e problemas seria buscar a solução dos problemas da comunidade.

Em 1986, Alba Costa apresentava problemas de saúde. Passou 120 dias de licença médica e, após esse período, mostrava que ainda não estava com a saúde boa, pois apresentou alguns atestados durante esse ano, ficando fora de algumas decisões importantes.

<sup>45</sup>1ª sessão ordinária, 02/02/1987.

Passado toda a turbulência da presidência, ela retorna as atividades normais do pleito legislativo, sempre trabalhando em prol da educação e dos problemas advindos da zona rural do município.

### **3.2 A arena política e os entraves**

E o que é política? E o que faz a política? E os políticos? Vale uma conceituação bem fomentada para concatenar com o período em questão, quando já evidenciamos a compreensão de forma implícita disso tudo durante a análise e desenvolvimento de dados ao longo do texto, para reforçar e relacionar o que coletamos através da documentação e justificar o quão complicado é fazer política.

Sendo a política um domínio de prática social em que se enfrentam relações de força simbólicas para a conquista e a gestão de um poder, ela só pode ser exercida na condição mínima de ser fundada sobre uma legitimidade adquirida e atribuída. Mas isso não é suficiente, pois o sujeito político deve também se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores. É o que coloca a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões a fim de estabelecer um consenso. Ela deve, portanto, fazer prova da persuasão para desempenhar esse duplo papel de representante e de fiador do bem-estar social. (CHARAUDEAU, 2011, p. 79)

A arena política cajazeirense buscava, assim, cada vez mais sustentáculos para manter o domínio do poder local a fim de perfazer uma base consistente politicamente, através de arranjos políticos nas demais esferas, idealizando retorno privado com conotações públicas, assim perfazendo versões eleitoreiras de “politicagem”. Em alguns casos, favorecendo a manutenção do poder em sua “continuidade”.

De acordo com o autor acima citado, o político fala no plural mesmo sendo singular, estabelecendo alianças com os seus receptores, contudo o ser político na definição apresentada pelo autor:

O político encontra-se em uma dupla posição, pois, por um lado, deve convencer todos da pertinência de seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores. Ele deve inscrever seu projeto na "longevidade de uma ordem social", que depende dos valores transcendentais fundados historicamente. Ao mesmo tempo, ele deve se inscrever na volátil regulação das relações entre o povo e seus

representantes. O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponda ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder: o primeiro constitui o que anteriormente chamamos de posicionamento ideológico do sujeito do discurso; a segunda constrói a posição do sujeito no processo comunicativo. Nessas condições, compreende-se que o que caracteriza essa identidade discursiva seja um Eunós, uma identidade do singular-coletivo”. (CHARAUDEAU, 2011, p. 79 e 80)

O autor faz uma síntese apurada para conceituar o ser político, apresentando como esse se constrói, quem é e como conduz os rumos da política. Desse modo, a forma como Alba Costa conduziu as atividades no Poder Legislativo respingou positivamente na condução dos rumos da política cajazeirense, mostrando-se conectada com os desdobramentos políticos e econômicos a nível federal e estadual, preocupada com o “arrocho salarial” e os desacertos do governo de José Sarney em 1987, o que segundo ela e os correligionários reluzia no “empobrecimento da região nordestina”.

De modo que a elite política sempre se sobressaiu porque se privilegiava das benesses, é tanto que momentos antes das eleições, eles deixavam de lado as suas atividades corriqueiras para agregar ao “curral eleitoral” daqueles que se identificavam ou facilitava as trocas de favores, como debatiam eloquentemente em algumas sessões, “o só ajuda a quem me ajudar”.

A parlamentar estava sempre apresentando projetos específicos para sanar os problemas do agricultor sertanejo, essa não sendo uma realidade apenas da cidade, mais a Paraíba assistia uma crise que afetava o setor. Chamava atenção dos poderes para a problemática, tentando buscar subsídios para o campo.

Por vezes o seu lado humano esteve aflorado com mais fervor. Durante a décima oitava sessão em dezenove de março de 1987 utilizou-se da sua sensibilidade para falar daquele que tanto fez por esta cidade, o “Dr. Otacílio Jurema”<sup>46</sup> que se encontrava em “convalescença”, aquele “antigo líder político” que deu nome a Casa Legislativa de Cajazeiras. Falava com ar de admiração e respeito a ele, convidava os demais parlamentares

---

<sup>46</sup> Adaptado da nota de rodapé das autoras: “Otacílio Jurema - médico, primeiro prefeito eleito da cidade, sendo eleito por duas vezes, entre 1951 a 1955 e 1959 a 1963, como também fora Deputado estadual e suplente de Senador da República, chegando a assumir a vaga por três vezes dado afastamento de titulares. Além de ter sido durante o Governo de Oswaldo Trigueiro Secretário de Educação do Estado da Paraíba. (SANTOS, 2010, p.85; In.: CEBALLOS, Viviane Gomes de & SANTANA, Rosemere Olímpio de. **Cajazeiras, Paraíba**, Brasil. In.: História dos municípios paraibanos/Antonio Clarindo Barbosa de Sousa (org.). 2 V – Campina Grande: EDUFPG, 2013).

para visitá-lo, mostrava-se solidária aos familiares dele, se disponibilizando para qualquer eventualidade. Infelizmente, o mesmo veio a falecer pouco tempo depois, causando muito desconforto aos políticos da cidade, comovendo uma grande parcela da população.

Com isso, os vereadores começaram a se preocupar para manter viva a memória de Otacílio Jurema na casa Legislativa, debatendo acerca da colocação de imagem ou um busto como suporte de lembrança, como homenagem a um nome de peso na política da cidade, e logo em seguida, a imagem dele já estava posta no *hall* de entrada.

Renuncia da 1ª Secretária da Mesa diretora da Câmara para concorrer a vaga de 1ª Vice-presidente, candidatura única, eleita por sete votos a cinco, esses tendo sido em branco, sendo empossada logo em seguida e mantendo a mesma linha de trabalho. Assim, assumiu por diversas vezes a presidência novamente em 1987 quando o titular, Raimundo Júnior, se ausentava por motivos superiores.

Acreditava que o desempenho de um profissional se dava em primeira ordem pelo reconhecimento dele em sua área de atuação, pela remuneração justa e sem atrasos, como também por condições de trabalho adequadas. Confiante que a circulação do dinheiro advindo de tais pagamentos faz movimentar a economia da cidade, já que a cidade não dispõe de indústrias ou empresas de grande porte para tal. Justificando que grande parte dos habitantes da zona urbana sobrevive ou do comércio ou por ser funcionário público, e a outra parte, os da zona rural vivem de forma precária pela ausência de políticas públicas em favor do campo, já que a agricultura de forma geral fora atingida pelo *boom* do setor industrial nos anos 80.

A vereadora não cansava de verbalizar acerca da postura do poder público frente aos desafios vividos pelos agricultores cajazeirenses, era notório a sua angústia quando reivindicava por sementes, insumos e fertilizantes agrícolas, perfuração de poços para abastecimento da comunidade, criação de adutoras, açudes e barragens, entre outras coisas, e tinha o não como resposta. Ainda assim não desistia.

Terminado o período legislativo, exerce a função de técnica em educação pela Secretaria Municipal de Educação de Cajazeiras no período de 1990 a 1995, em 1996 assume a direção da Biblioteca Pública Municipal “Castro Pinto”, dando “novo impulso na sua dinâmica administrativa” de acordo com a matéria do “Correio da Paraíba<sup>47</sup>”. Permanece no cargo até o ano de 2001, quando se torna gestora do CAIC<sup>48</sup>. As últimas atividades

---

<sup>47</sup> Correio da Paraíba – Cajazeiras, quinta-feira 22 de agosto de 1996, título da matéria: Biblioteca Castro Pinto: 50 anos de Leitura.

<sup>48</sup> Os Centros de Atendimento Integrais as Crianças (CAIC) faz parte de um programa criado pelo governo federal com o objetivo de atender as crianças na formação educativa e no seu desenvolvimento integral. O CAIC de Cajazeiras, criado em 1993, somente foi inaugurado em 20 de setembro de 1996, tendo suas atividades

desempenhadas por Alba Costa foi de Coordenadora Pedagógica na Escola Matias Duarte Rolim e de Coordenadora Administrativa do CEPES/CZ<sup>49</sup>. Acometida por câncer, faleceu na manhã do dia nove de dezembro de 2013.

---

iniciadas em 24 de fevereiro de 1997, pelo então Prefeito José Nelo Rodrigues (Zerinho) denominando-o de Escola Municipal da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Antonio Tabosa Rodrigues.

<sup>49</sup> Centro de Educação Profissional

## Considerações Finais

Historicamente as mulheres não tiveram suas vozes audíveis, passaram muito tempo “adormecidas” no casulo, quase que imperceptíveis na vida pública, relegadas as condições que lhes eram posta, dando a conotação de que o destino de todas seria teleológico ou parecido, mas só o tempo e as intempéries vividas por elas foram capazes de retirar a burca da invisibilidade. Nas páginas da história, apenas os homens tiveram o privilégio de aparecer desde os primórdios da humanidade, apenas eles elaboraram grandes tratados de política, ética, moral e filosofia, quando digo apenas eles, é porque as decisões públicas eram feitas por eles e para eles.

Graças aos desdobramentos das lutas políticas enfrentadas por elas é que aos poucos as conquistas foram sendo alcançados. Primeiramente os direitos civis e depois os direitos políticos, o que tardou a acontecer.

O espaço político deve ser no mínimo diversificado, acessível, sem condução de monopolização, o que não acontece, na maioria das vezes, inviabilizado pela “cultura política” de permanência no poder, pelo acúmulo de “capital político” e outros suportes de dominação política.

Alba Costa degustou dos sabores e dissabores do mundo da política, viveu intensamente o seu momento enquanto protagonista de um lugar no Poder Legislativo municipal. Apresentou, com veemência, projetos sólidos para o poder constituinte manter-se equipado, organizado e, sobretudo a realizar suas verdadeiras funções.

Seu espírito competitivo esteve presente em várias passagens ao longo dos anos em que legislou ou administrou/coordenou, setores educacionais. Satisfazia-se em trabalhar em prol do homem e da mulher do campo, buscou incessantemente tornar a educação dos municípios melhor e de qualidade, apoiava as causas e lutas femininas, sua empatia para com o funcionalismo público sinalizava o quão frágil eram esses nos momentos de crise que passara não somente a região nordestina, mas, sobretudo o Sertão, esses a mercê de condições mínimas de trabalho e salarial.

Maria Alba comunga os seus traços do “fazer política” com a transmutação de espaços a que estava inserida, relativizando suas atividades entre o público e o privado, percebendo os limites entres esses, mais considerando que o domínio privado não lhe impedia de ser agente público, não lhe castrou de ir mais além.

Parafrazeando Benjamin, “a vida privada é repartida, porosa e híbrida”, fazendo uma analogia com o protagonismo dela, rompendo com estereótipos de uma cidade sertaneja arraigada pelo preconceito, com o poder Legislativo “dotadamente” masculino, que por sua vez as relações imbricadas por este “violaram” alguns direitos femininos dada a ausência de sua participação, pois a prática do poder em sua aplicabilidade possui artífices legais para a perpetuação do poder refletindo como consequência negativa para o público feminino.

Apesar de que houve um avanço circunstancial da inserção de mulheres na vida pública, o caminho para se chegar as igualdades políticas ainda é longo e distante, talvez pelas justificativas e pelo modo como os homens compreendem a vida pública a partir da dimensão política, não que eles apenas se ocupam da vida pública, mas que em determinados momentos subjagam as mulheres em razão de sua carreira política.

Até que ponto ela utilizou de artimanhas de dominação ou suporte para chegar ao poder? Até que ponto ela fez uso de táticas masculinas para manter a voz ativa? Até que ponto Alba torna-se expressão das lutas de mulheres pelo espaço público? Algumas questões ficam para trabalhos posteriores.

O Legislativo é o espaço de experiências coletivas e individuais de vida, de decisões, de dicotomias, de mutações e transmutações, que pulsa de forma convergente e divergente, que ora sinaliza em prol do seu regimento interno e ora desvirtua-o.

Chegamos a etapa final da pesquisa identificando que no cenário político nada acontece despreziosamente, nas entrelinhas, existem escolhas e desdobramentos “teatralizados” como sugerem alguns teóricos ou cientistas políticos, tramas que se fazem e desfazem por trás das “cortinas” ausentes de plateias.



## Referências:

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920 – 1940)** / 2ª Edição. – São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).
- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1980.
- AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/ZygmuntBauman;** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2005.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre a crítica do poder como violência.** In.: O anjo da história. – 2 ed.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. **Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas.** In.: Revista Estudos Feministas. Vol. 18. N.3. Florianópolis: UFSC, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kuhner. -5ª ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.
- BRITO, Maria Noemi Castilhos. **Gênero e cidadania: referenciais analíticos.** In.: Revista Estudos Feministas. Vol. 9. N.1. Florianópolis: UFSC, 2001.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELL, Manuel. **O poder da identidade.** 5. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2)
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** 14. Ed. Tradução de Ephraim F. Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2011.
- COSTA, Delaine Martins. **Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM.** In.: Revista Estudos Feministas. Vol. 9. N.1. Florianópolis: UFSC, 2001.
- FALCI, Miridan Knox. **Mulheres no sertão nordestino.** In.: História das mulheres no Brasil/Mary Del Priore (org.); Carla Bassanesi Pinsk (coord. De textos) 10 ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 27ª EDIÇÃO. Petrópolis, Vozes, 1987.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A nova história do poder político e a cultura política**. In.: *Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana*. Faustino Teatino Cavalcante Neto; Paulo Henrique M. de Queiroz Guedes & Martinho Guedes dos Santos Neto (orgs.). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

GROSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: mulheres na política**. In.: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 9. N.1. Florianópolis: UFSC, 2001.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Pesquisa IBOPE – Mulheres na Política. 2009. Disponível em: [http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/pesq\\_mulherepol.pdf](http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/pesq_mulherepol.pdf) Acessado em: 12/03/2015.

KOSSOY, Boris. **Estética, memória e ideologia fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado**. Acervo Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.6, número 01/02, Janeiro/Dezembro, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In.: *História das mulheres no Brasil/Mary Del Priore (org.); Carla Bassanesi Pinsk (coord. De textos) 10 ed., 1ª reimpressão*. – São Paulo: Contexto, 2011.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: Fotografia e história interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 73 – 98.

NICHOLSON, Linda. **"Interpretando o gênero"**. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NOGUEIRA, Maria Janilma Pereira. **Entre o público e o privado: uma análise da trajetória política de Lúcia Braga na Paraíba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Histórias Culturais). Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

OCTÁVIO, José. **Estado, crise social, partidos e involução econômica na Paraíba de 1930 a 1990**. In.: *História da Paraíba: lutas e resistências*. A União Editora, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História**. In.: *História & História Cultural*. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERROT, Michelle. **As mulheres, o poder, a história**. In.: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. Trad.: Angela M. S. Corrêa. – 1 ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de idéias a uma política de presença?**. In.: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 9. N.1. Florianópolis: UFSC, 2001.

RABAY, G. F. e CARVALHO, M. E. P. **Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano**. *ORG & DEMO (Marília)*, v. 12, n. 1, p. 81-94, jan.-jun., 2011.

RÉMOND, René. **Por uma História política**. Tradução: Dora Rocha. – 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCOTT, Joan. "**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**". Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Ana Cláudia Feliciano da. **A mulher na política paraibana: o protagonismo de Maria Dulce Barbosa (1947 – 1966)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero**. *Revista Brasileira História*, Dezembro, ano/vol. 27, número 054. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil. Pp. 281-300.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres**. In: *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. – São Paulo: Cortez, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. 3 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

**Fontes:**

- Atas de Sessões da “Câmara Municipal de Cajazeiras” Casa Otacílio Jurema (1983/1988).
- Requerimentos: Maria Alba C. de Ataíde (1983/1988).
- Livro de Resolução (1985/1986)
- Jornal Atuação (1987)
- Jornal A união (1986)
- Jornal Correio (1987)